

9. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

9.1. Caracterização da economia e das finanças públicas do Município

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar um diagnóstico da economia local com base em alguns dos principais indicadores econômicos, além da análise das Finanças Públicas do Município de São José dos Campos, como referências fundamentais de entendimento dos desafios a serem superados na trajetória da administração pública.

Para alguns indicadores buscou-se efetuar um comparativo do Município de São José dos Campos com outros municípios do Estado de São Paulo, tais como: Barueri, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Osasco, Ribeirão Preto, Santos, Santo André, São Bernardo do Campo e Sorocaba.

9.1.1. Histórico do Desenvolvimento Econômico

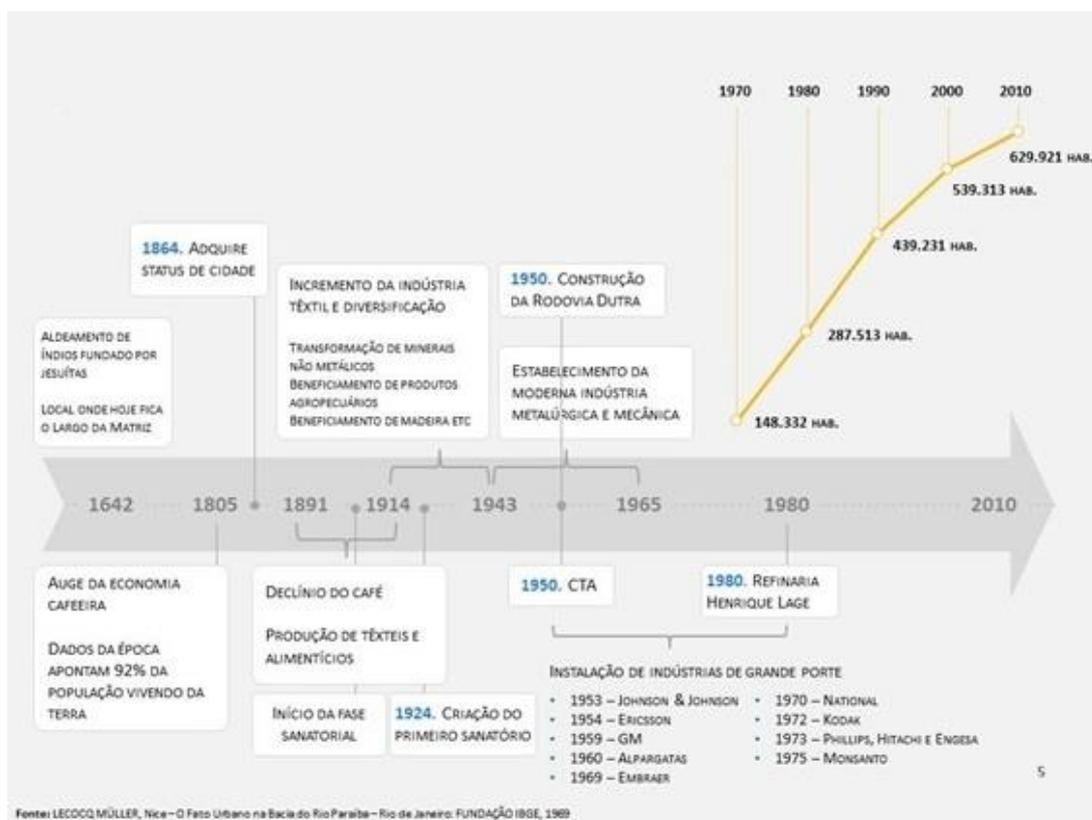


Figura 105 - São José dos Campos: Linha do tempo

São José dos Campos passou por diversos ciclos econômicos, tendo como produtos o ouro, o algodão, o café, até o início do período de industrialização em meados da década de 1920, com a instalação da Fábrica de Louças Santo Eugenio pela família Bonádio, e a instalação da Tecelagem Parahyba.

Entre 1902 a 1945 a vida da cidade girou em torno da chamada fase sanatorial, centrada na instalação de vários sanatórios e pensões para tratamento de doentes de tuberculose, inclusive o maior sanatório da América Latina, o Vicentina Aranha, estabelecido em 1924. Esse período teve grande importância para o planejamento da cidade, devido ao fato de que a tuberculose era àquela época uma doença incurável, contagiosa e mortal. Por isso, em 1932 houve a divisão da cidade em três zonas de uso – comercial, residencial e sanatorial. Em 1935 a cidade foi transformada em Estância Climatérica e, em 1938, foi acrescida também uma zona industrial às três zonas de uso existentes.

Além da construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951, o processo de industrialização foi fortalecido pela chegada de empresas e instituições de ensino e pesquisa a partir desse período. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) foi criado em 1950, a Johnson & Johnson instalou-se em 1953, a Ericsson e a Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) em 1954 e a General Motors em 1959. Em 1960 foi a vez da Alpargatas e da Faculdade de Odontologia da Unesp, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em 1961 e em 1969 foi a vez da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Já na década de 1970 a industrialização do Município se intensificou, tornando São José dos Campos um dos maiores parques industriais do país, com forte presença dos setores automotivo, farmacêutico, químico, petroquímico e aeroespacial. Em 1970 instalou-se a National; em 1972 a Kodak; em 1973 a Philips, a Hitachi e a Engesa, em 1975 a Monsanto e em 1980 foi implantada a Refinaria Henrique Lage (Revap).

A descontinuidade administrativa a partir de 1978, com sucessivas alterações de Prefeitos (10 Prefeitos em 20 anos), contribuiu para que esse período fosse marcado pela estagnação econômica e poucas obras. No cenário nacional, a segunda metade dos anos 80 é marcada por mudanças no plano institucional, através da abertura democrática - Governo Sarney e da Constituinte, que, pelos aspectos conjunturais em um cenário altamente inflacionário e recessivo.

A economia local no período mais recente

O cenário econômico brasileiro na primeira década do século XXI contribuiu para o crescimento industrial de São José dos Campos, bem como para o fortalecimento do setor de comércio e serviços no Município. Este cenário nacional foi impulsionado pelo boom de commodities, o aumento do consumo interno, a expansão do crédito e teve como consequências o aumento da renda real, a queda da taxa de desemprego e a redução da pobreza.

São José dos Campos se consolidou, ao longo desse período, como polo de importância estratégica para o país, com base inicialmente em uma vigorosa indústria de transformação, que veio a ser complementada, mais recentemente, por serviços de alta densidade tecnológica. Marco deste impulso de desenvolvimento tecnológico foi, em março de 2006, a aquisição pela Prefeitura das instalações de uma antiga fábrica de dispositivos eletrônicos, ocupando terreno de 188 mil metros quadrados às margens da Rodovia Presidente Dutra, para constituir o Parque Tecnológico de São José dos Campos, que se propõe a desempenhar papel transformador similar ao que o DCTA e ITA tiveram para a cidade e região em anos passados. Os primeiros passos mostraram-se promissores, uma vez que o Parque Tecnológico de São José dos Campos foi o primeiro a ser credenciado pelo Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, em 2010, e tornou-se o maior centro de tecnologia e inovação do país em maio de 2016, ao incorporar o CECOMPI (Centro de Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista). Ainda em 2007 a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) inaugurou seu Campus em São José dos Campos, robustecendo a oferta de cursos superiores ligados à ciência e tecnologia.

A economia joseense estava baseada majoritariamente na indústria de transformação até 2010, quando a participação do setor de serviços se fortaleceu a ponto de registrar 51,45% de participação no Valor Adicionado Bruto em 2011, atingindo 58% no ano de 2013, confirmando o padrão observado nas demais cidades de maior PIB do estado: o predomínio do setor de serviços e a contribuição diminuta da agricultura, conforme se vê na Figura 106.

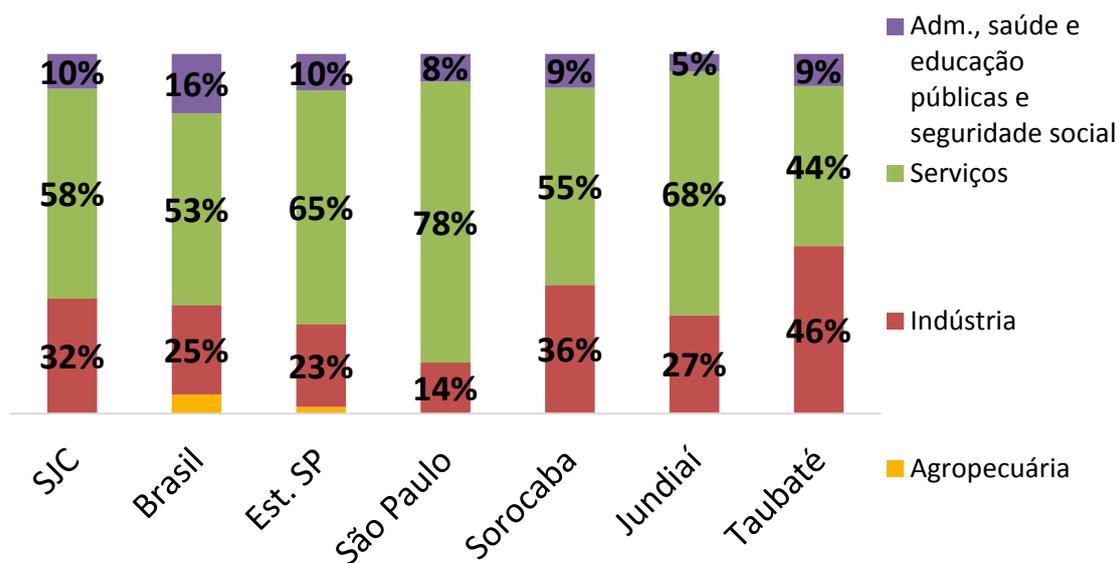


Figura 106 - Valor Adicionado Bruto de cada setor no PIB (2013)

O Município tem vivido experiências relevantes de desenvolvimento local e regional baseadas em atividades do setor terciário que se fundamentam em serviços de alto valor agregado, com destaque para desenvolvimento de softwares, pesquisa industrial aplicada, inovação, engenharia, telecomunicações, entre outras vertentes. Os diversos setores de serviços avançados conseguem remunerar melhor do que a média do Município, conforme se verifica no Figura 107.

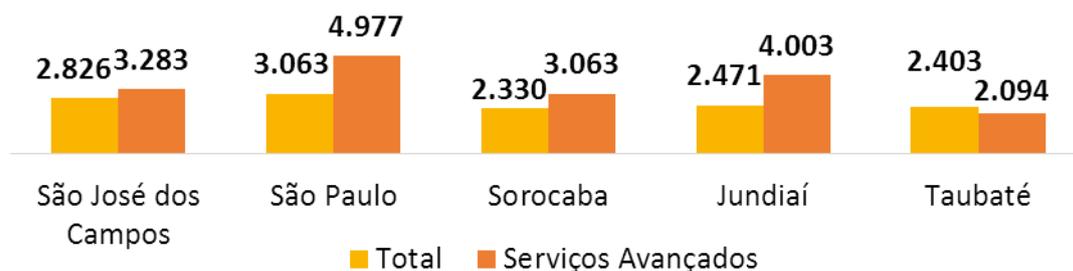


Figura 107 – Renda média conforme setor de atividade (2014)

FONTE: RAIS/TEM 2014.

Conforme se vê na Figura 108, alguns municípios se destacam nesse novo patamar de economia baseada em serviços avançados, como é o caso de São Paulo, que concentra serviços financeiros e de TI.

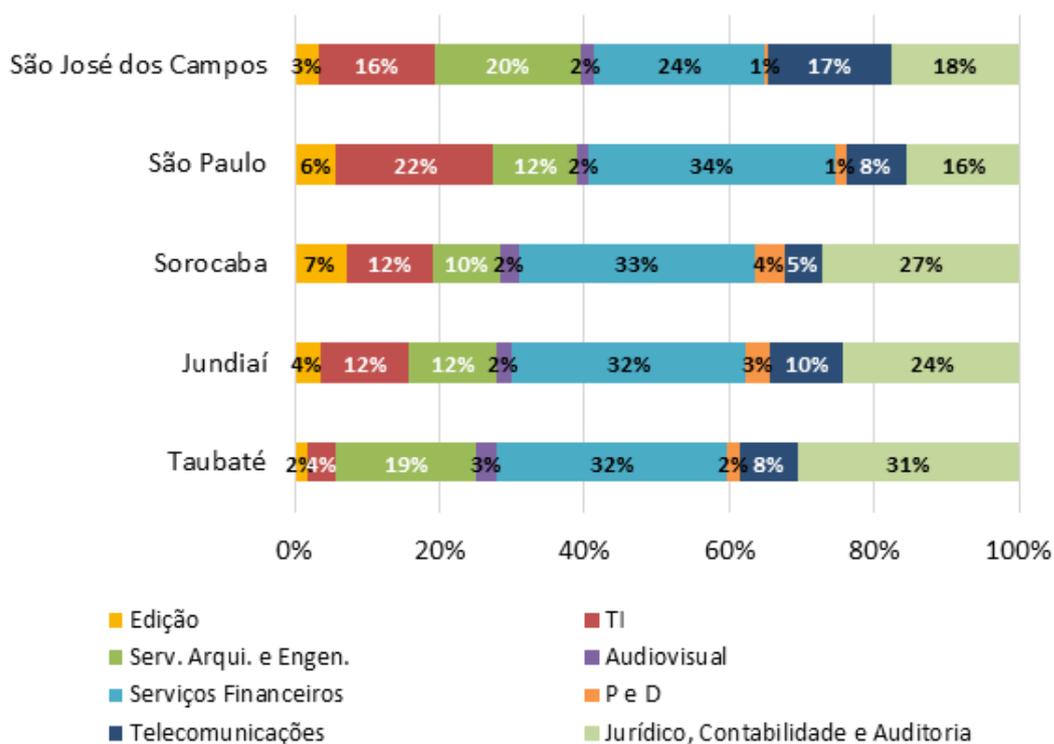


Figura 108 - Distribuição dos empregos formais nos Serviços Avançados (2014)

FONTE: RAIS/MTE 2014

Em São José dos Campos, os serviços financeiros têm um discreto destaque dentre os serviços avançados, havendo uma pulverização de outros tipos de serviços avançados no Município: serviços de arquitetura e engenharia, jurídico, contabilidade e auditoria, de telecomunicações e de TI.

Embora o setor de serviços tenha aumentado sua participação no conjunto da economia, é o setor de administração pública que melhor remunera os funcionários no Município, seguido pelo setor da indústria.

Tabela 32 - Remuneração formal média no Município

Ano	Geral		Indústria		Serviços		Comércio		Construção civil		Adm. pública		Outros	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2002	1.278,11	-	2.101,85	-	1.027,68	-	665,05	-	852,22	-	1.673,76	-	748,15	-
2003	1.389,80	8,74	2.439,52	16,07	946,06	-7,94	699	5,10	832,46	-2,32	2.044,13	22,13	878,51	17,42
2004	1.558,68	12,15	2.847,37	16,72	988,31	4,47	748,97	7,15	912,62	9,63	2.371,25	16,00	785,28	-10,61
2005	1.758,97	12,85	3.355,28	17,84	1.061,65	7,42	815,65	8,90	915,54	0,32	2.562,24	8,05	813,25	3,56
2006	1.895,07	7,74	3.465,42	3,28	1.087,95	2,48	877,19	7,54	1.054,00	15,12	3.125,35	21,98	851,59	4,71
2007	1.717,07	-9,39	3.191,84	-7,89	1.085,16	-0,26	915,42	4,36	1.344,39	27,55	3.106,52	-0,60	1.043,38	22,52
2008	1.724,12	0,41	3.285,47	2,93	1.090,76	0,52	953,21	4,13	1.499,27	11,52	3.531,97	13,70	1.225,12	17,42
2009	1.826,99	5,97	3.512,36	6,91	1.168,33	7,11	1.029,48	8,00	1.711,74	14,17	4.189,22	18,61	1.242,14	1,39
2010	1.846,49	1,07	3.700,31	5,35	1.182,64	1,22	1.071,15	4,05	2.196,57	28,32	4.483,37	7,02	1.515,28	21,99
2011	1.950,47	5,63	3.962,75	7,09	1.297,52	9,71	1.194,88	11,55	1.626,29	-25,96	4.622,48	3,10	1.657,85	9,41
2012	2.611,81	33,90	4.895,83	0,24	1.696,57	30,75	1.474,37	0,23	1.547,27	-4,85	5.368,47	16,13	2.210,58	33,34
2013	2.832,22	8,43	5.287,84	8,00	1.892,08	11,52	1.623,61	10,12	1.666,69	7,71	5.728,60	6,70	2.200,05	-0,47
2014	2.936,00	3,66	5.643,00	6,71	1.949,00	3,00	1.734,00	6,79	1.766,00	5,95	5.993,00	4,61	2.369,00	7,67

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET-RAIS.

São José dos Campos é a cidade polo do Vale do Paraíba, e tem se mantido entre as dez principais economias do Estado de São Paulo. Maior polo aeroespacial da América Latina, é hoje uma cidade com 695.992 habitantes. É considerada uma cidade com alta qualidade de vida, com IDH-M elevado (0,807), o que a situa na 24ª posição entre as 5.565 cidades brasileiras, segundo o ranking do IDHM. Além da qualidade de vida, o Município apresenta PIB per capita bastante acima da média brasileira (R\$40,7 mil ante R\$26,4 mil em 2013), embora inferior a outras localidades consideradas polos tecnológicos, e reduziu a taxa de desemprego de 17,3% em 2000 para 7,1%, em 2010. Com a atual crise, o desemprego voltou a subir e a cidade fechou 10.128 empregos com carteira assinada em 2015, ficando em 30º lugar entre as cidades brasileiras que mais perderam postos de trabalho no ano.

Localizada estrategicamente no eixo Rio-São Paulo, a cidade conta com uma logística privilegiada devido ao acesso às principais estradas e portos do país. Também possui um aeroporto com capacidade para pouso e decolagem de aviões de grande porte.

9.1.2. O Desenvolvimento Econômico na ótica do Desenvolvimento Territorial

Para se pensar nas estratégias de desenvolvimento para o Município no âmbito do Plano Diretor, foi feita uma análise da distribuição de atividades no território e do equilíbrio de acesso aos serviços e infraestrutura pública pela população.

Os dados demográficos – no caso, população por faixa etária – foram extraídos do Censo 2010, enquanto que os dados de empregos foram levantados tendo por base a Pesquisa Origem-Destino Domiciliar elaborada em São José dos Campos em 2011. Usando como unidade territorial as áreas de ponderação definidas com o IBGE, foi elaborado um mapa temático para identificar locais com maior oferta e maior carência de empregos, diferenciando as áreas heterogêneas das áreas mais homogêneas.

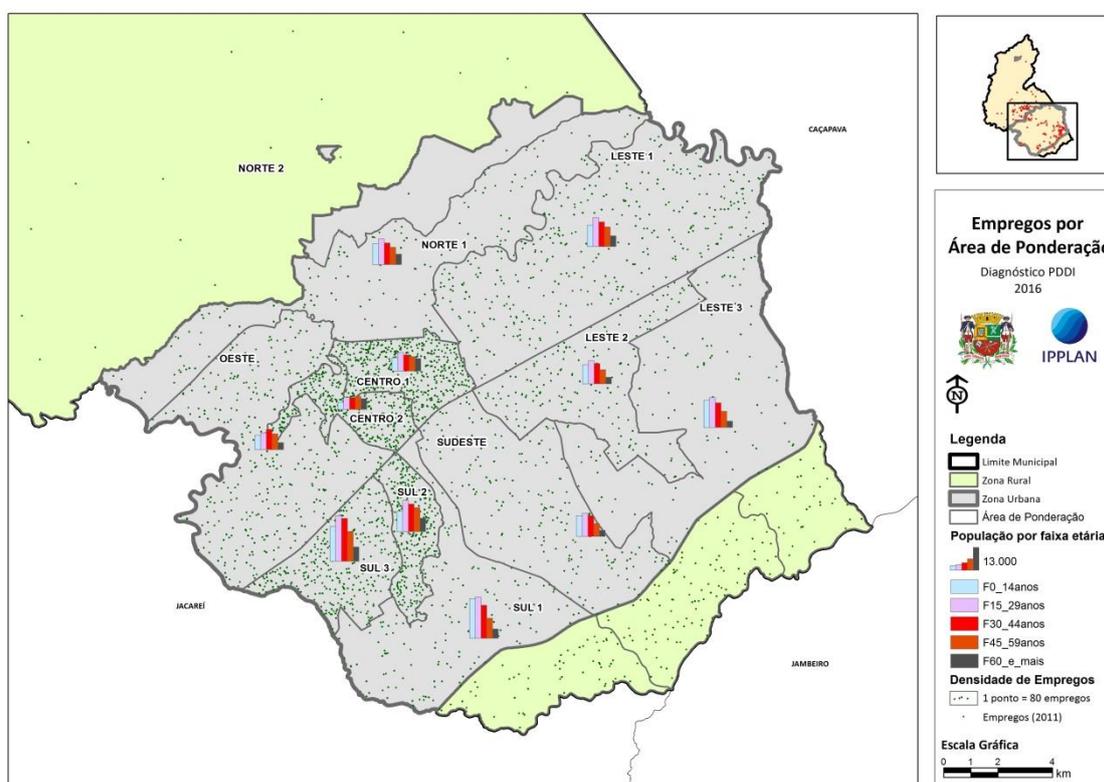


Figura 109 - Densidade de empregos por área de ponderação do IBGE

FONTE: IBGE/CENSO 2010 E PESQUISA ORIGEM-DESTINO DOMICILIAR 2011.

Na Figura 109, cada ponto equivale a 80 empregos. Em São José dos Campos há maior densidade de empregos respectivamente nas áreas de ponderação Centro 1, Centro 2, Sul 2 e Sul 3, considerando a extensão territorial. Na mesma lógica, aparecem as áreas de ponderação Oeste, Leste 2 e Leste 1.

A Figura 110 complementa a análise ao apresentar a participação de cada área de ponderação no total de empregos e no total de população do Município.

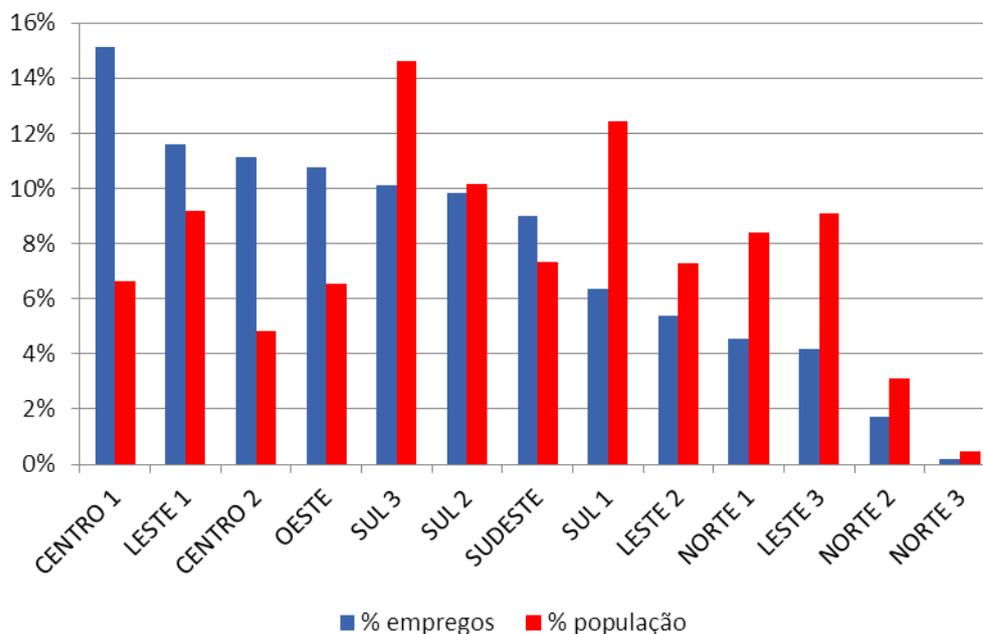


Figura 110 - Percentual de empregos e de população por Área de Ponderação

Fonte: IBGE/CENSO 2010 E PESQUISA ORIGEM-DESTINO DOMICILIAR 2011

Mais uma vez, observa-se que a região Centro 1 é a que tem maior oferta de empregos (coluna azul), muito acima da população ali residente (coluna vermelha), região esta que contém o centro histórico e comercial da cidade. Na sequência aparece a área de ponderação Leste 1 (Vila Industrial) como a que tem mais empregos, seguida pela Centro 2, Oeste, Sul 3, Sul 2 e Sudeste. O Centro 2 é centro expandido, onde estão Vila Adyana, Vila Ema, Jardim São Dimas e outros bairros com bastante concentração de comércio e serviços especializados relacionados à área médica.

A região Oeste, por sua vez, possui grandes supermercados, atacadistas e varejistas, lojas de materiais de construção de grande porte e outros grandes estabelecimentos localizados junto à Rodovia Presidente Dutra. Além disso, as duas maiores universidades do Município estão localizadas nesta região, sendo polo de trabalho de professores e destino para estudantes. Some-se a isso a expansão de edifícios comerciais e corporativos no Parque Residencial Aquários, concentrando também muitos empregos.

Já nas áreas Sul 3 e Sul 2 estão as centralidades do Parque Industrial e do Jardim Satélite, ancoradas ao longo das avenidas estruturantes desses bairros, vinculadas a grandes estabelecimentos localizados às margens da Rodovia Presidente

Dutra. Já no caso da área de ponderação Sudeste, a concentração de empregos está no ramo aeronáutico e aeroespacial, especialmente representada pela Embraer e por outras empresas localizadas junto ao DCTA.

Ao mesmo tempo, observa-se que a oferta de empregos nas áreas mais populosas – Sul 3 (Parque Industrial) e Sul 1 (Torrão de Ouro) não é proporcional à população ali residente. A área de ponderação Leste 3, onde há maior possibilidade de crescimento urbano, é a penúltima em oferta de empregos comparada com a quantidade de habitantes, embora seja uma das mais populosas. A última colocada em empregos é a área de ponderação Norte 3 (São Francisco Xavier).

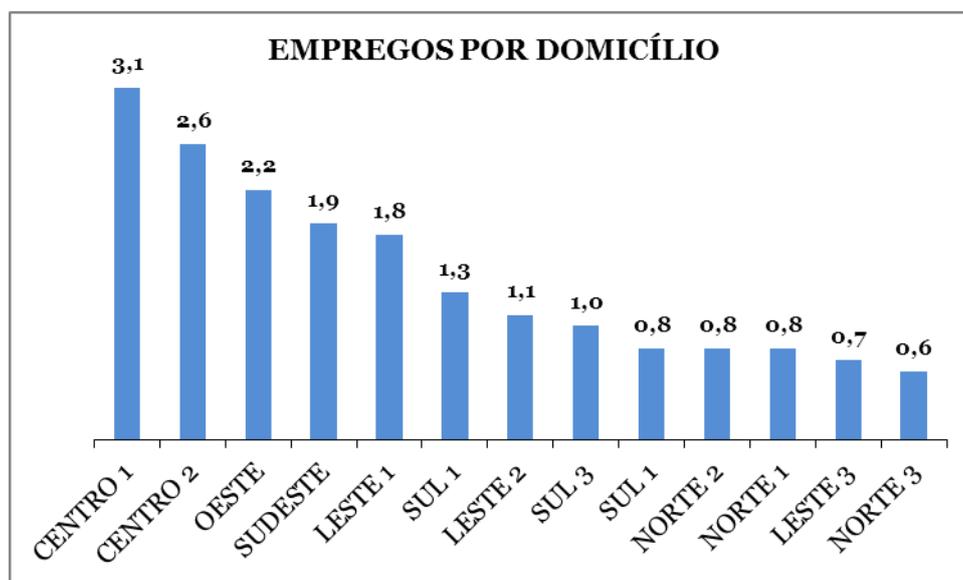


Figura 111 - Empregos por domicílio

Fonte: IBGE/Censo 2010 e Pesquisa Origem-Destino Domiciliar 2011.

9.1.3. O Município no contexto do Estado de São Paulo

Como podemos constatar na Tabela 2 a seguir, São José dos Campos passa por uma relativa perda de competitividade da economia local, com repercussão no ranking do PIB municipal entre os municípios do Estado de São Paulo, onde o nosso Município saiu de 7º lugar em 2005 para o 8º lugar no exercício de 2013. Fica evidenciado que enquanto o Estado de São Paulo obteve um crescimento de 135% no PIB no período de 2005 a 2013, o Município de São José dos Campos obteve apenas 66% no mesmo período, ou seja, bem abaixo da média entre os municípios relacionados que foi de 139%.

Tabela 33 - PIB (Produto Interno Bruto) – (Bilhões - R\$)

Unidades Federativas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 2005/2013
ESTADO (SP)	727,0	802,7	902,8	1003,0	1084,4	1294,6	1434,7	1554,7	1708,2	135%
SÃO PAULO/SP	261,5	282,9	323,2	357,0	389,3	446,9	495,7	530,7	570,7	118%
BARUERI	21,7	25,6	26,1	27,1	26,9	31,8	35,8	40,8	44,1	103%
CAMPINAS	22,6	23,6	26,8	29,3	31,7	36,6	42,6	46,3	51,3	127%
GUARULHOS	22,0	25,7	27,6	31,9	32,5	36,7	40,3	43,7	49,3	124%
JUNDIAÍ	9,9	11,3	13,9	15,1	16,5	23,8	27,6	32,2	36,6	270%
OSASCO	16,9	17,8	24,6	30,1	31,6	45,1	48,9	50,7	55,5	228%
RIBEIRÃO PRETO	10,1	11,3	12,9	13,8	14,7	17,5	19,0	20,8	23,5	133%
SANTOS	14,8	16,1	19,5	24,6	22,5	13,3	15,3	17,3	19,2	30%
SANTO ANDRE	11,3	11,7	13,3	13,3	14,7	18,5	20,5	22,5	25,0	121%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	18,3	20,6	25,2	30,0	28,9	42,5	45,4	44,6	47,6	160%
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	16,5	15,5	17,6	20,7	22,0	25,8	25	25,9	27,4	66%
SOROCABA	9,2	10,2	11,9	13,0	14,2	18,6	21,5	24,7	26,9	192%
RANKING SJC	7º	8º	8º	8º	8º	8º	8º	8º	8º	

Fonte: SEADE/IBGE

De outra forma, analisando a evolução do Índice de Participação do Município no ICMS do Estado, observa-se que na série histórica de dados (2005/2014) o nosso Município caiu 19% no período, ao passar de 3,11 em 2005 para 2,52 em 2014, enquanto outros municípios de mesmo porte tiveram aumentos ou reduções menores, como por exemplo, São Bernardo do Campo caiu 3,4%, Osasco registrou queda de 8,8%, Campinas incremento de 2,6%, Ribeiro Preto incremento de 9,3% e Jundiaí incremento de 40,9%.

Tabela 34 - Índice de participação no ICMS do Estado de São Paulo

ANO	BARUERI	CAMPINAS	GRU	JUNDIAÍ	OSASCO	RIB. PRETO	SANTOS	STO ANDRÉ	SBC	SJC	SOROCABA
2005	2,27	2,63	3,47	1,44	1,25	1,28	1,00	1,45	3,15	3,11	1,33
2006	2,46	2,70	3,53	1,42	1,23	1,30	1,00	1,30	3,10	2,62	1,33
2007	2,59	2,72	3,50	1,50	1,25	1,33	1,05	1,28	3,27	2,42	1,38
2008	2,58	2,67	3,57	1,56	1,33	1,36	1,11	1,27	3,53	2,50	1,42
2009	2,45	2,61	3,54	1,55	1,45	1,34	1,07	1,22	3,52	2,55	1,44
2010	2,27	2,63	3,44	1,63	1,44	1,35	1,00	1,23	3,52	2,47	1,46
2011	2,20	2,7	3,58	1,72	1,36	1,40	1,01	1,21	3,56	2,36	1,49
2012	2,23	2,71	3,68	1,79	1,27	1,38	1,06	1,15	3,29	2,46	1,53
2013	2,20	2,69	3,62	1,92	1,18	1,40	1,07	1,14	3,15	2,56	1,50
2014	2,18	2,70	3,55	2,03	1,14	1,40	0,96	1,16	3,04	2,52	1,52

FONTE: DIPAM - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O valor adicionado é parte da memória de cálculo para se obter o índice de participação do Município no ICMS do Estado, identificando o valor da riqueza gerada pelo conjunto das empresas com sede ou instalação no nosso Município. Com isso, a existência, ou não, de centros de distribuição de mercadorias influencia muito neste quesito. Do ponto de vista contábil, representa a soma dos valores das mercadorias saídas, menos a soma dos valores das mercadorias entradas, acrescido ao resultado, quando nulo ou positivo, do valor das prestações de serviços no território de São José dos Campos.

O Valor Adicionado no período de 2005 a 2014 registrou uma evolução nominal de 83% em São José dos Campos, contra um crescimento de 214% registrado em Jundiaí, de 146% em Sorocaba, de 128% em Ribeirão Preto, de 109% em Guarulhos, de 106% em Campinas, de 99% em São Bernardo do Campo, de 85% em Barueri, de 84% em Santos.

Depreende-se da Tabela que a média de crescimento dos municípios relacionados, no período analisado, foi de 111%. Constata-se que São José dos Campos vem crescendo seu valor adicionado em média 6% ao ano. Somente em 2006 houve uma retração de cerca de 10% em relação a 2005. Nos anos subsequentes houve crescimento.

Tabela 35 - Valor Adicionado Global (R\$ Milhões)

ANO	BARUERI	CAMPINAS	GRU	JUNDIAÍ	OSASCO	RIB PRETO	SANTOS	STO ANDRÉ	SBC	SJC	SOROCABA
2005	13.408,00	13.012,00	18.068,00	7.429,00	5524	6.249,00	4.244,00	6.198,00	15.995,00	15.286,00	6.649,00
2006	15.315,00	13.921,00	19.632,00	8.183,00	6039	6.934,00	4.791,00	6.096,00	17.773,00	13.771,00	7.120,00
2007	17.521,00	15.508,00	21.146,00	9.980,00	6652	7.846,00	5.860,00	7.081,00	21.453,00	15.180,00	8.490,00
2008	18.014,00	16.111,00	24.695,00	10.604,00	8502	8.676,00	6.636,00	6.997,00	25.399,00	17.948,00	9.201,00
2009	18.438,00	17.505,00	24.537,00	11.662,00	9861	9.055,00	6.291,00	7.672,00	25.153,00	18.827,00	10.330,00
2010	18.283,00	19.945,00	27.550,00	14.032,00	10436	10.359,00	7.028,00	8.829,00	30.593,00	19.638,00	11.316,00
2011	21.002,00	22.622,00	32.948,00	16.211,00	10514	11.364,00	8.033,00	9.261,00	31.680,00	20.944,00	13.134,00
2012	21.997,00	23.606,00	34.445,00	17.959,00	10357	12.974,00	9.197,00	9.086,00	30.079,00	25.344,00	13.987,00
2013	23.485,00	25.588,00	36.105,00	21.654,00	9730	13.251,00	9.351,00	10.362,00	33.094,00	26.337,00	14.462,00
2014	24.771,00	26.820,00	37.673,00	23.334,04	10.772,00	14.229,00	7.803,00	10.669,00	31.825,00	27.937,00	16.382,00
Varição 2005/2014	85%	106%	109%	214%	95%	128%	84%	72%	99%	83%	146%

Fonte: DIPAM – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Verifica-se de acordo com a Tabela 36 a seguir, que os repasses de ICMS feitos pelo governo do Estado para os municípios, lastreados pelo Índice de Participação, apresentaram um crescimento médio anual de 144% em termos nominais no período 2005 a 2015. São José dos Campos registrou o pior crescimento entre os municípios relacionados, ficando com 76%, portanto abaixo da média em cerca de 50%, em contraste com o aumento de 235% observado por Jundiáí.

Tabela 36 - Repasses do ICMS do Estado de São Paulo (R\$ Milhões)

ANO	BARUERI	CAMPINAS	GRU	JUNDIAÍ	OSASCO	RIB PRETO	SANTOS	STO ANDRÉ	SBC	SJC	SOROCABA
2005	215,9	263,1	346,4	142,5	149,4	133,2	104,80	160,1	334,0	362,1	135,3
2006	251,8	309,5	395,9	168,9	162,9	155,9	122,2	187,6	389,7	387,7	159,8
2007	299,3	347,6	456,9	189,9	165,3	169,6	132,8	192,1	415,4	410,6	176,3
2008	382,3	420,3	549,6	221,7	191,8	202,5	156,6	203,1	483,2	408,7	208,0
2009	401,0	422,2	543,5	233,9	193,4	207,3	163,3	199,7	507,7	376,8	214,3
2010	472,0	486,9	652,3	284,6	242,7	248,2	202,6	233,3	645,1	456,7	260,0
2011	493,2	524,0	711,8	311,8	291,4	270,2	215,9	245,4	706,2	512,9	288,8
2012	489,0	565,8	738,3	348,6	310,1	290,8	215,0	263,4	753,2	528,7	314,4
2013	536,0	659,2	873,6	419,1	331,9	335,1	247,7	297,2	866,3	575,5	363,8
2014	536,2	651,8	887,0	431,3	306,9	334,0	255,2	278,4	793,1	593,4	368,5
2015	548,1	671,8	903,5	477,8	295,2	349,3	266,5	284,7	786,2	637,9	375,4
Varição 2005/2015	154%	155%	161%	235%	98%	162%	154%	78%	135%	76%	177%

FORNTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A evolução dos indicadores demonstrados nas Tabela 2, Tabela 3, Tabela 4 e Tabela 5 confirma um desempenho econômico aquém do desejado para São José dos Campos, quando comparado aos demais municípios relacionados. Esta situação em seu conjunto afeta negativamente a performance econômica e impacta diretamente na capacidade de investimento do Município por comprometer as transferências da cota parte do ICMS, que é atualmente o principal recurso da São José dos Campos, representando em 2015 cerca de 41% do total anual da arrecadação do Município.

Receita Total Considerando todos Repasses de Tributos União e Estado 55%

Receita Total Considerando todos Repasses de Tributos Estado 55%

Receita Total DIPAM 63%

9.1.4. Características gerais das atividades econômicas de São José dos Campos

A indústria de transformação

A característica principal a ser ressaltada, a partir da Tabela 37 a seguir, é que o valor adicionado produzido pela Indústria teve um crescimento de 44% no período de 2005 a 2012, enquanto o crescimento verificado no setor de comércio e serviços foi de 94% no mesmo período. Em relação à participação da Indústria no Valor Adicionado total, a queda relativa foi de 14%, saindo de 54% em 2005 para 47% em 2012, por outro lado, o setor de Comércio e Serviços teve a sua participação no valor adicionado total aumentada em 16%, saindo de 46% em 2005 para 53% em 2012. Deve ser observado que esta realidade acompanha a tendência que ocorre nos principais municípios do Estado, porém, em ritmo mais lento que nos demais. Isto faz com que a indústria ainda exerça um papel importante na atividade econômica de São José dos Campos.

Tabela 37 - Valor Adicionado por setor de atividade econômica

SÃO JOSE DOS CAMPOS	Valor Adicionado - (R\$.Milhões)				AGROPECUÁRIA	PARTICIPAÇÃO	TOTAL
	INDÚSTRIA	PARTICIPAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	PARTICIPAÇÃO			
2005	7.734,75	54%	6.579,69	46%	15,07	0,11%	14.329,52
2006	6.580,78	49%	6.723,19	50%	15,41	0,12%	13.319,38
2007	7.746,78	51%	7.499,31	49%	21,29	0,14%	15.267,38
2008	9.206,38	52%	8.481,86	48%	23,16	0,13%	17.711,41
2009	9.996,94	52%	9.323,66	48%	25,31	0,13%	19.345,90
2010	10.652,61	51%	10.128,65	49%	40,93	0,20%	20.822,19
2011	10.369,97	48%	11.063,77	52%	31,73	0,15%	21.465,47
2012	11.103,08	47%	12.740,86	53%	25,69	0,11%	23.869,62
Variação 2005/2012	44%	-14%	94%	16%	70%	2%	67%

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Observa-se que nos demais municípios do Vale do Paraíba, entre 2005 e 2012, a atividade industrial teve maior crescimento do valor adicionado que o Município de São José dos Campos. Destaca-se que neste aspecto, nosso Município obteve crescimento inferior ao Estado de São Paulo e também em relação ao Vale do Paraíba.

Tabela 38 - Valor Adicionado – Setor Industrial

Valor Adicionado - INDÚSTRIA (R\$.Milhões)									
UNIDADES FEDERATIVAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2005/2012
ESTADO DE SÃO PAULO	193.955,35	203.306,27	225.125,05	244.023,21	264.690,26	301.453,34	304.129,31	288.624,35	49%
VALE DO PARAÍBA	15.290,63	15.114,54	16.911,76	19.314,12	22.167,25	24.203,97	22.899,54	22.561,33	48%
SÃO JOSE DOS CAMPOS	7.734,75	6.580,78	7.746,78	9.206,38	9.996,94	10.652,61	10.369,97	11.103,08	44%
TAUBATE	1.814,46	2.057,52	2.699,16	2.569,82	3.663,65	4.167,93	3.901,35	3.400,07	87%
JACAREI	1.412,82	1.567,82	1.658,26	1.766,65	2.023,88	2.432,24	2.288,46	2.051,08	45%
PINDAMONHANGABA	1.355,95	1.551,60	1.438,47	2.156,79	2.185,20	2.430,96	1.679,42	1.633,78	20%
CAÇAPAVA	722,08	878,65	958,57	978,41	1.014,83	1.149,29	1.152,16	1.002,73	39%

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A performance da indústria de transformação em São José dos Campos repousa na existência de um parque industrial de aproximadamente 1.659 indústrias ao passo que São Bernardo do Campo, Guarulhos e Campinas contam com parques industriais mais adensados – 2.787, 4.567 e 3.669 estabelecimentos respectivamente – que reproduzem índices de concentração (Valor Adicionado dividido por número de estabelecimentos industriais) menores – São Bernardo do Campo (4,7), Guarulhos (2,2), Campinas (2,0) – do que o índice de concentração observado em São José dos Campos (6,3).

Em São José dos Campos, apenas três empresas são responsáveis por cerca de 60% do Valor Adicionado total gerado na Indústria de Transformação – Embraer, REVAP e General Motors – que por sua vez se inserem nos três mais importantes setores de atividade – aeronáutico, petroquímico e automotivo – responsáveis conjuntamente por cerca de 90% do total de valor adicionado gerado no Município.

Esta característica da indústria de transformação de São José dos Campos espelha sua pujança por concentrar em seu território as principais indústrias de base tecnológica do país, em especial no segmento aeroespacial e de defesa, mas expõe também sua fragilidade, ao contar com cadeias produtivas pouco adensadas nos três setores de atividade mais importantes mencionados. Em função desta característica, nas fases de contração do ciclo econômico os efeitos sobre os níveis de emprego e renda se fazem sentir de forma mais rigorosa do que nos municípios com cadeias produtivas mais adensadas a exemplo dos municípios já citados.

Setores de comércio, serviços e construção civil

Conforme demonstrado pela Tabela a seguir, no período de 2005 a 2012, o setor de comércio e serviços de São José dos Campos teve um crescimento em seu valor adicionado (94%), ficando superior ao crescimento deste setor em todo o Vale do

Paraíba (78%), acompanhando o crescimento verificado em Jacareí (93%) e Pindamonhangaba (91%), porém abaixo do crescimento verificado no Estado de São Paulo (108%), Taubaté (122%) e de Caçapava (105%).

Ainda que consideremos o atual perfil do setor terciário espera-se para o futuro próximo, especialmente no setor serviços, uma melhoria do nível salarial nestes setores com a instalação e pleno funcionamento das universidades – FATEC, Unifesp – no interior do Parque Tecnológico, e demais institutos a exemplo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos-Ceptec-Inpe, com efeitos multiplicadores sob os demais setores de atividade, com implicações mais diretas no setor de Administração Pública.

Destaca-se o setor de Construção Civil, que experimentou em uma década o crescimento de 126,2% na contratação de mão-de-obra, ao passar de um estoque de 5.424 trabalhadores formais em 2002 para 12.496 postos de trabalho em 2011, com uma remuneração média de R\$ 1.240,71. O desempenho deste setor refletiu o boom de oferta da Indústria de construção civil na cidade, em especial no atendimento da classe média local.

Tabela 39 - Valor Adicionado – Comércio e Serviços

Valor Adicionado - COMÉRCIO E SERVIÇOS (R\$.Milhões)									
UNIDADES FEDERATIVAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2005/2012
ESTADO DE SÃO PAULO	406.680,25	456.765,82	519.980,79	570.583,91	631.932,01	715.846,26	781.297,37	844.706,94	108%
VALE DO PARAÍBA	18.114,31	19.384,21	21.168,92	23.394,75	25.246,82	27.394,70	29.193,07	32.262,95	78%
SÃO JOSE DOS CAMPOS	6.579,69	6.723,19	7.499,31	8.481,86	9.323,66	10.128,65	11.063,77	12.740,86	94%
TAUBATE	1.921,34	2.187,78	2.586,77	2.769,53	3.289,76	3.717,31	3.956,20	4.272,55	122%
JACAREI	1.340,55	1.495,02	1.654,94	1.752,22	1.991,91	2.250,57	2.400,18	2.584,15	93%
PINDAMONHANGABA	912,85	1.047,04	1.095,26	1.344,28	1.447,74	1.602,52	1.560,74	1.739,66	91%
CAÇAPAVA	526,04	632,15	690,24	735,29	825,52	889,54	971,68	1.076,29	105%

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: SEADE/IBGE

Setor agropecuário

Em São José dos Campos este setor responde por todo o período, por cerca de 0,1% do valor adicionado geral. Observa-se pela Tabela a seguir, que no período de 2005 a 2012, o setor de agropecuária de São José dos Campos apresentou um crescimento em seu valor adicionado (70%), ficando, porém, abaixo do crescimento deste setor em todo o Vale do Paraíba (76%), do Estado de São Paulo (94%), abaixo também de Jacareí (80%). Houve, porém, crescimento superior verificado em Taubaté (53%) e Caçapava (16%) e Pindamonhangaba (43%).

Tabela 40 - Valor Adicionado – Agropecuária (Milhões R\$)

Valor Adicionado - AGROPECUÁRIA (R\$.Milhões)									
UNIDADES FEDERATIVAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO 2005/2012
ESTADO DE SÃO PAULO	11.265,01	14.561,10	14.956,57	11.972,40	14.764,20	19.398,38	23.399,29	21.841,82	94%
VALE DO PARAÍBA	225,20	244,07	262,30	282,92	326,70	460,36	464,55	397,47	76%
SÃO JOSE DOS CAMPOS	15,07	15,41	21,29	23,16	25,31	40,93	31,73	25,69	70%
TAUBATE	14,63	14,24	18,93	20,18	24,80	37,55	24,18	22,32	53%
JACAREI	8,61	10,09	11,85	10,39	20,29	18,28	22,76	15,49	80%
PINDAMONHANGABA	20,18	17,12	21,63	22,53	22,57	31,57	34,95	28,77	43%
CAÇAPAVA	11,42	12,37	9,35	9,60	9,06	11,93	26,29	13,24	16%

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: SEADE/IBGE

9.1.5. Comércio Exterior

A atividade comercial que São José dos Campos realiza com o mercado internacional, vem apresentando desempenho satisfatório ao longo do período 2005-2015, registrando superávit na balança comercial em todos esses anos. Contudo, na variação de 2005 para 2015, as exportações tiveram uma queda de 3,72%, enquanto as importações cresceram 24% no mesmo período.

Os resultados registrados pelas exportações em 2007, 2008 e 2012 foram superiores ao observado nos demais anos, conforme a Tabela 41.

Nas tabelas e gráficos que abordam a Balança Comercial (exportações e importações), a unidade monetária é US\$ - FOB (das iniciais da expressão inglesa Free On Board), significando que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador e free porque a mercadoria já deve ter sido desembarcada na alfândega de partida e estar livre para ser levada.

O sinal do impacto que a indústria representa no plano regional e local é o saldo da balança comercial, ou seja, a diferença entre exportações e importações. A indústria, especialmente a aeronáutica, é o setor da economia em que há maior influência sobre as exportações do Município, haja vista que o setor aeronáutico instalado no Município está inserido nas cadeias globais de valor. Dessa forma, ainda que o Brasil esteja passando por uma crise, nota-se que durante todos os anos analisados recentemente, a balança comercial do Município fechou positiva.

Tabela 41 Evolução da Balança comercial e variações percentuais

BALANÇA COMERCIAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS						
ANO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)	VAR% /ANO ANTERIOR	IMPORTAÇÕES (US\$ FOB)	VAR% /ANO ANTERIOR	SALDO (US\$ FOB)	VAR% /ANO ANTERIOR
2005	4.913.442.482		2.596.372.966		2.317.069.516	
2006	4.913.142.989	-0,01%	2.918.259.704	12,40%	1.994.883.285	-13,90%
2007	6.163.540.463	25,45%	3.824.488.269	31,05%	2.339.052.194	17,25%
2008	6.973.667.037	13,14%	4.816.550.440	25,94%	2.157.116.597	-7,78%
2009	4.859.092.732	-30,32%	2.664.457.170	-44,68%	2.194.635.562	1,74%
2010	5.233.726.125	7,71%	2.889.912.073	8,46%	2.343.814.052	6,80%
2011	5.787.767.800	10,59%	3.596.578.662	24,45%	2.191.189.138	-6,51%
2012	6.300.128.400	8,85%	3.498.011.785	-2,74%	2.802.116.615	27,88%
2013	5.403.395.808	-14,23%	3.499.986.025	0,06%	1.903.409.783	-32,07%
2014	4.595.619.118	-14,95%	3.245.336.542	-7,28%	1.350.282.576	-29,06%
2015	4.730.780.461	2,94%	3.212.874.082	-1,00%	1.517.906.379	12,41%
Var% 2015/2005	-3,72%		23,74%		-34,49%	

Fonte: SECEX - Ministério do Desenvolvimento - Secretaria de Comércio Exterior

Em relação às exportações, está demonstrado que no mesmo período entre 2015 e 2016, os percentuais de participação dos oito países mencionados na Tabela 11 têm variação de participação entre 75% a 94% do total das exportações, outros países e blocos não listados têm variação de participação entre 6% a 25%. Destaca-se que as exportações somente para os Estados Unidos representam entre 60% a 66% do total. As exportações realizadas por São José dos Campos com destino da China cresceram 557% e ao Japão, 215% em relação mesmo período (janeiro a novembro) de 2016 comparativamente a 2015, enquanto o crescimento das exportações totais em 2016 no mesmo período, comparativamente a 2015 teve um crescimento de 12,47%.

O volume de recursos com as exportações dos Estados Unidos, praticamente se manteve constante, no entanto a participação percentual saiu de 66,11% em 2005 para 59,73% em 2016, no mesmo período.

Tabela 42 - Exportações e principais países de destinos

COMÉRCIO EXTERIOR - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS					
EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	2015 (JAN a NOV)	Part%	2016 (JAN a NOV)	Part%	Var% 2016/2015
PRINCIPAIS PAÍSES E BLOCOS DE DESTINO					
Estados Unidos	2.536.991.130	66,11%	2.578.082.481	59,73%	1,62%
China	48.992.223	1,28%	322.066.243	7,46%	557,38%
México	149.091.471	3,88%	198.883.013	4,61%	33,40%
Reino Unido	14.796.299	0,39%	25.870.773	0,60%	74,85%
Argentina	172.000.501	4,48%	330.368.452	7,65%	92,07%
Japão	59.528.974	1,55%	187.609.524	4,35%	215,16%
Alemanha	57.115.039	1,49%	103.334.323	2,39%	80,92%
Africa do Sul	83.911.034	2,19%	56.269.834	1,30%	-32,94%
Demais	715.366.199	18,64%	513.754.995	11,90%	-28,18%
TOTAL	3.837.792.870	100%	4.316.239.638	100%	12,47%

Fonte: SECEX - Ministério do Desenvolvimento - Secretaria de Comércio Exterior

Já em relação às importações, os quatorze países listados na Tabela 12 têm participação de 85% do total importado pelo Município. Destacam-se os Estados Unidos como origem de nossas importações com cerca de 50% do total.

Em doze dos países listados na Tabela 43 em 2016 houve queda das importações em relação a 2015 no mesmo período. A queda maior em termos percentuais foi da Argentina (46,90%), seguida por Alemanha (21,68%), China (20,53%) e Canadá (14,04%). No entanto tivemos aumento de importação dos países: Suíça (27,54%), Tailândia (23,50%), Itália (16,25%), Malásia (16,25%). Na totalização tivemos queda das importações em cerca de 6% no período de janeiro a novembro de 2016 comparativamente ao ano de 2015 no mesmo período.

Tabela 43 - Importações e países de origem

COMÉRCIO EXTERIOR - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

IMPORTAÇÃO(US\$ FOB)	2015	Part%	2016	Part%	Var% 2016/2015
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM	(JAN a NOV)		(JAN a NOV)		
Estados Unidos	1.480.949.481	50,08%	1.386.796.392	49,93%	-6,36%
China	145.800.119	4,93%	115.864.053	4,17%	-20,53%
México	124.474.188	4,21%	110.811.383	3,99%	-10,98%
Tailândia	84.242.093	2,85%	104.035.936	3,75%	23,50%
França	100.354.782	3,39%	100.276.849	3,61%	-0,08%
Malásia	69.326.614	2,34%	80.590.184	2,90%	16,25%
Canadá	76.611.976	2,59%	65.856.755	2,37%	-14,04%
Belgica	68.925.899	2,33%	65.398.386	2,35%	-5,12%
Alemanha	80.975.761	2,74%	63.422.022	2,28%	-21,68%
Suíça	44.981.355	1,52%	57.368.918	2,07%	27,54%
Japão	57.826.830	1,96%	50.194.299	1,81%	-13,20%
Espanha	49.337.341	1,67%	48.211.867	1,74%	-2,28%
Argentina	83.639.301	2,83%	44.411.409	1,60%	-46,90%
Itália	38.148.547	1,29%	44.346.131	1,60%	16,25%
Demais países	451.496.112	15,27%	439.755.989	15,83%	-2,60%
TOTAL	2.957.090.399	100%	2.777.340.573	100%	-6,08%

Fonte: SECEX - Ministério do Desenvolvimento - Secretaria de Comércio Exterior

Principais produtos exportados e importados

As exportações de helicópteros, aviões, satélites e veículos de lançamento, entre outros relacionados com a indústria aeronáutica atingem aproximadamente 75% do total, automóveis para transporte de mercadorias e partes de veículos chegam a 10%, aparelhos elétricos e telefônicos para telefonia chegam a aproximadamente 4% e os produtos farmacêuticos alcançam até 3%. Somente nestas 4 (quatro) áreas de produtos as exportações representam algo próximo de 92% do total exportado.

Em relação aos produtos importados 53% do total dos valores são representados pelos seguintes produtos: turbo propulsores, turbo reatores e outras turbinas a gás (17%), partes de veículos e seus acessórios (17%), instrumentos e aparelhos para regulação ou controle automáticos (5%), outros compostos orgânicos e inorgânicos (5%), aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios (5%) e medicamentos (3%).

9.1.5. Análise das finanças públicas do Município

Receitas e despesas

As tabelas a seguir mostram a evolução nominal dos valores da Receita Orçada constantes na Lei Orçamentária Anual - LOA no período de 2005 a 2016, a diferença entre a receita orçada e efetivamente arrecadada, assim como, a diferença entre receitas arrecadadas e despesas efetivamente realizadas constantes da execução orçamentária no mesmo período.

No período de 2005 a 2016, as receitas ficaram acima do orçado nos anos de 2005 a 2008, e nos anos seguintes abaixo do orçado em razão, principalmente, das receitas de capital não realizadas.

Tabela 44 - Receita estimada de acordo com a LOA e receita arrecadada

RECEITA ESTIMADA E ARRECADADA (R\$ MIL)									
ANO	RECEITA CORRENTE			RECEITA DE CAPITAL			TOTAL DA RECEITA		
	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA
2005	794.108	835.357	41.249	5.991	1.428	- 4.563	800.099	836.784	36.685
2006	881.838	908.637	26.799	13.475	8.277	- 5.198	895.313	916.914	21.601
2007	904.931	1.049.543	144.612	17.537	7.494	- 10.043	922.468	1.057.037	134.569
2008	995.589	1.112.547	116.958	33.849	9.539	- 24.310	1.029.438	1.122.086	92.648
2009	1.144.440	1.131.162	- 13.278	95.222	22.297	- 72.925	1.239.662	1.153.459	-86.203
2010	1.248.105	1.297.216	49.111	138.015	47.460	- 90.555	1.386.120	1.344.676	-41.444
2011	1.423.160	1.473.874	50.714	169.176	66.192	- 102.984	1.592.336	1.540.067	-52.269
2012	1.607.469	1.548.668	- 58.801	123.131	38.306	- 84.825	1.730.600	1.586.974	-143.626
2013	1.665.446	1.686.733	21.287	172.047	78.332	- 93.715	1.837.493	1.765.065	-72.428
2014	1.918.728	1.795.069	- 123.659	261.066	21.708	- 239.358	2.179.794	1.816.777	-363.017
2015	1.969.841	1.912.620	- 57.221	507.721	51.688	- 456.033	2.477.562	1.964.308	-513.254
2016	2.084.141	2.045.039	- 39.102	360.324	233.489	- 126.835	2.444.465	2.278.528	-165.937

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

A Receita efetivamente arrecadada saiu de R\$ 836 milhões em 2005 para R\$ 2.278 milhões em 2016, representando um crescimento nominal de aproximadamente 172%, equivalente a um aumento real de 45%, deduzida a inflação medida pelo IPCA-IBGE que foi no mesmo período de 88%.

Tabela 45 - Despesa corrente e de capital

ANO	DESPEZA CORRENTE (R\$ MIL)	DESPEZA DE CAPITAL (R\$ MIL)	TOTAL (R\$ MIL)
2005	748.191	58.113	806.304
2006	798.550	77.391	875.941
2007	873.806	79.826	953.632
2008	994.080	84.242	1.078.322
2009	1.127.318	72.901	1.200.219
2010	1.234.963	97.811	1.332.774
2011	1.341.927	86.483	1.428.410
2012	1.546.573	93.299	1.639.872
2013	1.541.515	106.548	1.648.063
2014	1.753.074	101.374	1.854.448
2015	1.879.358	97.325	1.976.683
2016	1.967.141	276.939	2.244.080

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

A Despesa efetivamente realizada saiu de R\$ 806 milhões em 2005 para R\$ 2.244 milhões em 2016, representando um crescimento nominal de 178%, equivalente a um aumento real de 48%, deduzida a inflação medida pelo IPCA-IBGE que foi no mesmo período de 88%.

Composição estrutural das receitas

Na análise da evolução das receitas da Prefeitura de São José dos Campos é importante destacar os seguintes aspectos relativos ao período de 2005 a 2016:

Tabela 46 - Composição da receita por categoria

COMPOSIÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA (R\$ MIL)									
ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA	% rel Arrec Total	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	% rel Arrec Total	OUTRAS RECEITAS	% rel Arrec Total	RECEITA DE CAPITAL	% rel Arrec Total	ARRECAÇÃO TOTAL
2005	198.507	23,72%	547.344	65,41%	89.506	10,70%	1.428	0,17%	836.785
2006	212.047	23,13%	593.767	64,76%	102.823	11,21%	8.277	0,90%	916.914
2007	249.803	23,63%	643.771	60,90%	155.970	14,76%	7.494	0,71%	1.057.038
2008	295.596	26,34%	697.054	62,12%	119.896	10,69%	9.539	0,85%	1.122.085
2009	310.919	26,96%	704.743	61,10%	115.500	10,01%	22.297	1,93%	1.153.459
2010	359.155	26,71%	819.305	60,93%	118.756	8,83%	47.460	3,53%	1.344.676
2011	405.935	26,36%	914.003	59,35%	153.936	10,00%	66.192	4,30%	1.540.066
2012	440.931	27,78%	984.857	62,06%	122.880	7,74%	38.306	2,41%	1.586.974
2013	499.668	28,31%	1.075.462	60,93%	111.603	6,32%	78.332	4,44%	1.765.065
2014	533.744	29,38%	1.131.902	62,30%	129.424	7,12%	21.708	1,19%	1.816.778
2015	566.693	28,85%	1.222.106	62,22%	123.822	6,30%	51.688	2,63%	1.964.309
2016	597.149	26,21%	1.239.642	54,41%	208.249	9,14%	233.489	10,25%	2.278.529
	201%	26,45%	126%	61,37%	133%	9,40%	16251%	2,78%	172%

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

A Receita Tributária tem apresentado a melhor performance dentre a evolução dos itens que compõem a receita total do Município, com um crescimento de 201% passando de R\$ 198,5 milhões em 2005 para R\$ 597,1 milhões em 2016, enquanto a Receita de Transferências aumentou 126%, ao passar de R\$ 547,3 milhões em 2005 para R\$ 1,2 bilhões em 2016.

Os possíveis fatores que resultaram na maior expansão da Receita Tributária foram a revisão da planta genérica de valores e a expansão das atividades de serviços.

Isto fez com que a Receita Tributária do Município, composta principalmente pelos impostos (IPTU, ISSQN e ITBI) junto com o recolhimento de taxas, passasse de uma participação de 23,72% em 2005 para 26,21% em 2016 no total da Arrecadação.

Do total da Arrecadação a Receita Tributária representa em média 26,45%, sendo o segundo maior item, já as transferências correntes, que compõem o maior item, representam 61,37%, e a receita de capital apenas 2,78%.

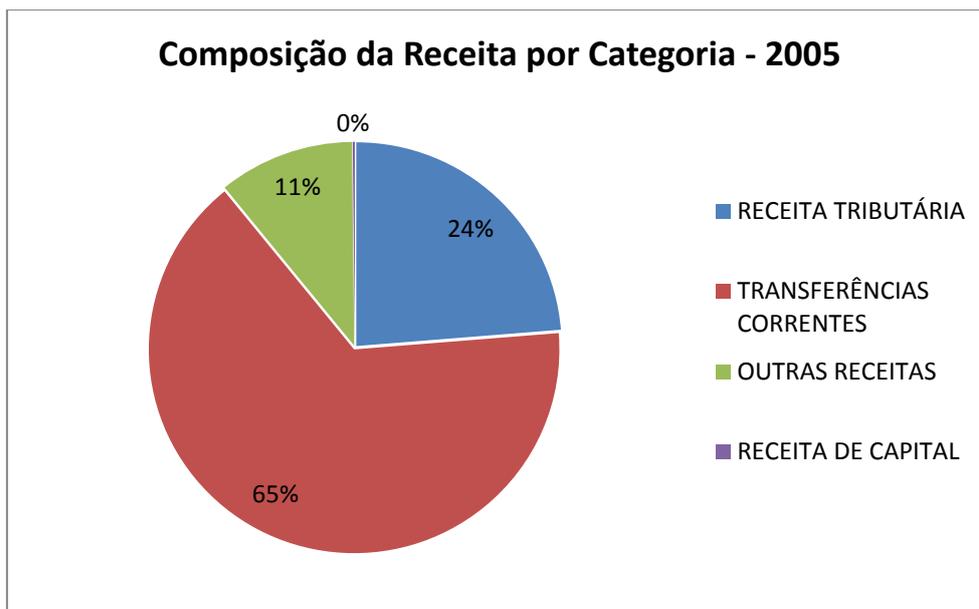


Figura 112 - Composição da receita por categoria - 2005

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

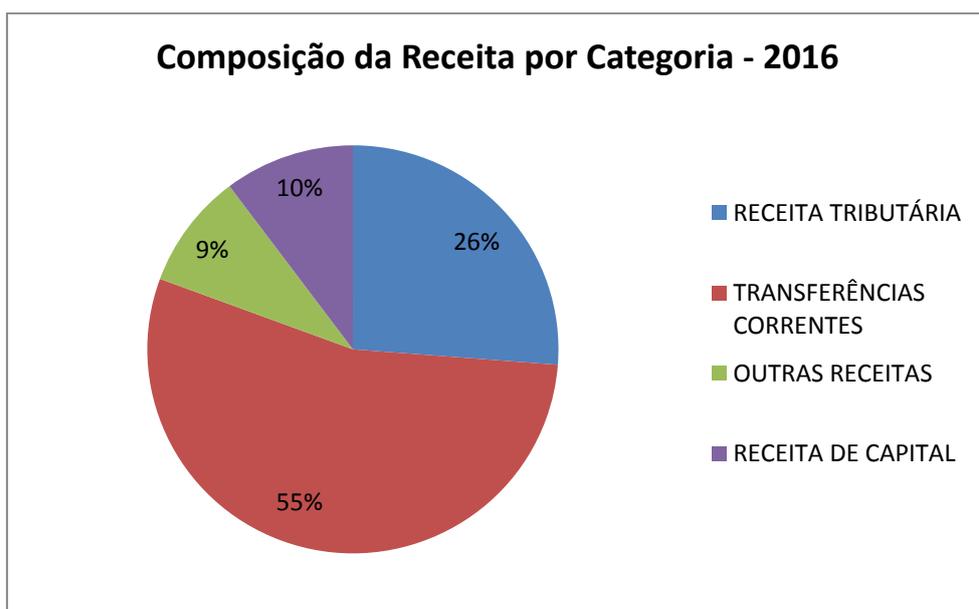


Figura 113 - Composição da receita por categoria - 2016

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Tabela 47 - Receita arrecadada e despesas realizadas

ANO	RECEITA ARRECADADA (R\$ MIL) (A)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$ MIL) (B)	A - B (R\$ MIL) (C)	% (D= C/A)	RESTOS A PAGAR (R\$ MIL)
2005	836.784	806.304	30.480	3,64%	121.730
2006	916.914	875.941	40.973	4,47%	89.766
2007	1.057.037	953.632	103.405	9,78%	98.384
2008	1.122.086	1.078.322	43.764	3,90%	135.736
2009	1.153.459	1.200.219	-46.760	-4,05%	105.256
2010	1.344.676	1.332.775	11.901	0,89%	128.142
2011	1.540.067	1.428.410	111.657	7,25%	179.970
2012	1.586.974	1.639.871	-52.897	-3,33%	108.340
2013	1.765.065	1.648.063	117.002	6,63%	120.412
2014	1.816.777	1.854.447	-37.670	-2,07%	98.796
2015	1.964.308	1.976.683	-12.375	-0,63%	154.180
2016	2.278.528	2.244.081	34.447	1,51%	154.740

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

Na comparação entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Liquidadas, observa-se alternância entre sucessivos superávits com exceção de alguns anos, 2009, 2012, 2014 e 2015, onde ocorreram déficits não tão significativos em relação a Receita Arrecadada.

Tabela 48 - Evolução das receitas correntes e despesas correntes (2005 – 2016)

ANO	RECEITAS CORRENTES (R\$ MIL)	%	DESPESAS CORRENTES (R\$ MIL)	%
2005	835.357		748.191	
2006	908.637	9%	798.550	7%
2007	1.049.543	26%	873.806	17%
2008	1.112.547	33%	994.080	33%
2009	1.131.162	35%	1.127.318	51%
2010	1.297.216	55%	1.234.963	65%
2011	1.473.874	76%	1.341.927	79%
2012	1.548.668	85%	1.546.573	107%
2013	1.686.733	102%	1.541.515	106%
2014	1.795.069	115%	1.753.074	134%
2015	1.912.620	129%	1.879.358	151%
2016	2.045.039	145%	1.967.141	163%

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

Essa tabela demonstra que as Receitas Correntes que deveriam suportar as Despesas de Custeio cresceram em valores nominais 145% de 2005 a 2016, no entanto as Despesas Correntes (Despesas de Custeio) da Administração Pública cresceram no mesmo período 163%, ou seja, enquanto as Receitas Correntes tiveram evolução de 8,6% em média ao ano, as Despesas Correntes cresceram em média 9,3% ao ano.

Tabela 49 - Receitas de capital e investimentos

ANO	INVESTIMENTOS E AMORIZAÇÃO DA DÍVIDA							FINANCIADO COM RECURSOS PRÓPRIOS CAPITAL	Desp capital em relação à Arrecadação Total (%)
	RECEITA (R\$ MIL)			DESPESA (R\$ MIL)					
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL			
2005	835.357	1.428	836.785	748.191	58.113	806.304	56.685	6,94%	
2006	908.637	8.277	916.914	798.550	77.391	875.941	69.114	8,44%	
2007	1.049.543	7.494	1.057.037	873.806	79.826	953.632	72.332	7,55%	
2008	1.112.547	9.539	1.122.086	994.080	84.242	1.078.322	74.703	7,51%	
2009	1.131.162	22.297	1.153.459	1.127.318	72.901	1.200.219	50.604	6,32%	
2010	1.297.216	47.460	1.344.676	1.234.963	97.811	1.332.774	50.351	7,27%	
2011	1.473.874	66.192	1.540.066	1.341.927	86.483	1.428.410	20.291	5,62%	
2012	1.548.668	38.306	1.586.974	1.546.573	93.299	1.639.872	54.993	5,88%	
2013	1.686.733	78.332	1.765.065	1.541.515	106.548	1.648.063	28.216	6,04%	
2014	1.795.069	21.708	1.816.777	1.753.074	101.374	1.854.448	79.666	5,58%	
2015	1.912.620	51.688	1.964.308	1.879.358	97.325	1.976.683	45.637	4,95%	
2016	2.045.039	233.489	2.278.528	1.967.141	276.939	2.244.080	43.450	12,15%	
Média >>>		38,58%						7,02%	

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

Por outro lado, tomando como referência os últimos doze anos o Município realizou em Despesas de Capital uma média de 7% em relação ao total das Receitas Arrecadadas, e a participação média das Receitas de Capital no total das Despesas de Capital realizadas no período, atingiu apenas 38,58%, o que corrobora a maior participação dos recursos próprios (61,42%) no total de investimentos.

Receita Corrente Líquida

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária e das garantias do ente da federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em parte por Resoluções do Senado Federal.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A evolução da Receita Corrente Líquida demonstra que houve um crescimento nominal de 159% no período de 2005 a 2016, sendo que somente no exercício de 2013 é que ocorreu uma redução de 8,12% em relação ao exercício de 2012. A Receita Corrente Líquida neste período teve um crescimento médio de 9,36% anual.

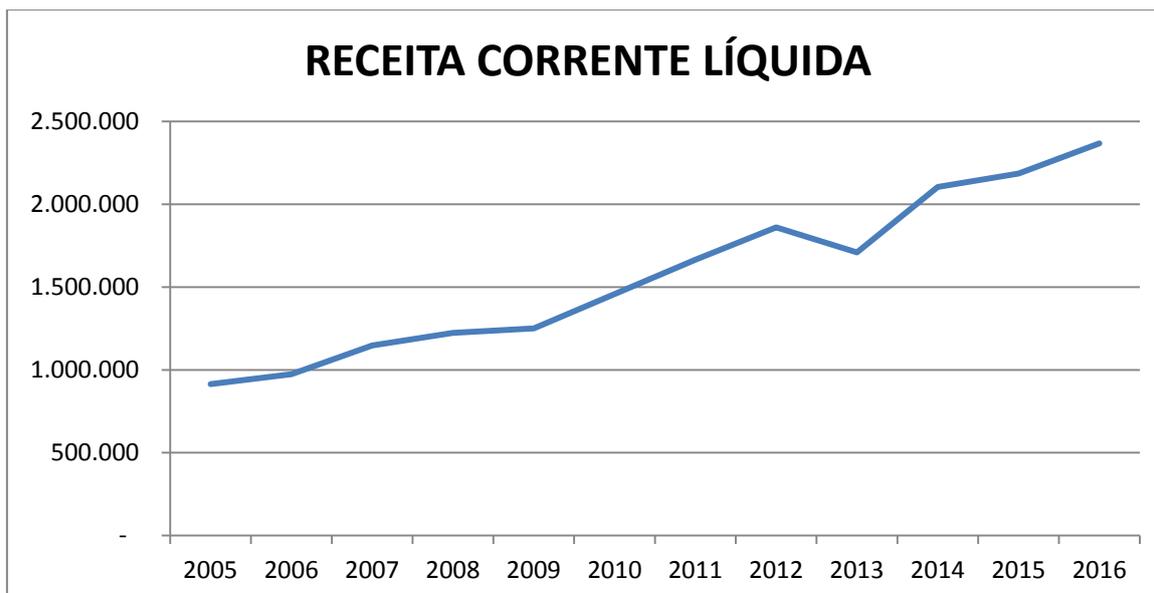


Figura 114 - Evolução da receita corrente líquida

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/ Divisão de Planejamento Orçamentário

A Figura 115 - Despesa Total com Pessoal demonstra que os gastos com pessoal no período de 2005 a 2016 ficaram em percentuais abaixo do Limite Prudencial de 51,3%, definido pelo parágrafo único do art. 22 da lei de Responsabilidade Fiscal e distante do limite máximo admitido de 54%, definido pelo art. 20 da mesma lei. Verifica-se que dos exercícios relacionados somente em 2013 alcançamos o maior comprometimento de 49,97%. Em razão da queda da Receita Corrente Líquida o percentual da folha de pagamento aumentou dentro do limite prudencial.

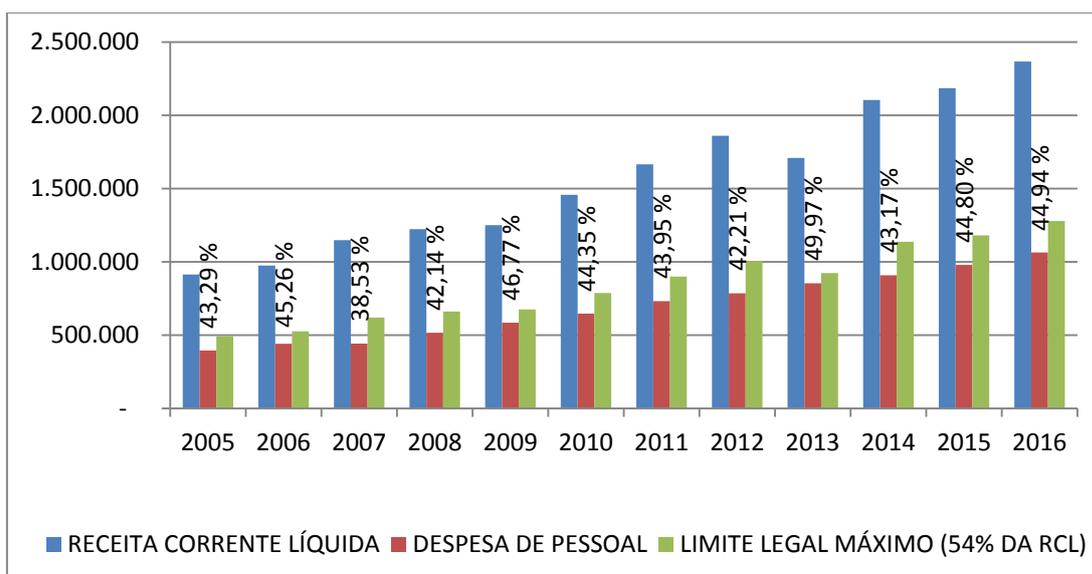


Figura 115 - Despesa total com pessoal

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/ Divisão de Planejamento Orçamentário

A Figura 116 - Dívida Consolidada Líquida demonstra que o percentual utilizado foi maior no exercício de 2016, quando atingiu R\$ 331 milhões, equivalente a 14% da receita corrente líquida, sendo que o limite máximo é de 120%. Sob este enfoque o Município detém uma situação confortável em relação à sua capacidade de endividamento.

Figura 116- Dívida consolidada líquida

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (R\$ MIL)				
ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	LIMITE LEGAL MÁXIMO (120% DA RCL)	PERCENTUAL UTILIZADO
2011	1.665.416	-	1.998.499	0,0%
2012	1.860.746	-	2.232.895	0,0%
2013	1.709.614	-	2.051.537	0,0%
2014	2.104.972	30.628	2.525.966	1,5%
2015	2.185.613	76.273	2.622.736	3,5%
2016	2.367.297	331.282	2.840.756	14,0%

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças/Divisão de Planejamento Orçamentário

9.1.6. Síntese

Este diagnóstico preliminar nos permite concluir:

1. São José dos Campos se consolidou nos últimos dez anos como polo aeroespacial e de tecnologia pela importância estratégica para o país;
2. A remuneração formal média no Município é atrativa;
3. A densidade de empregos nas regiões não é proporcional à população residente, fazendo com que se reproduzam deslocamentos que poderiam ser reduzidos;
4. O Município passa por uma relativa perda de competitividade da economia local, com repercussão no ranking do PIB municipal entre os municípios do Estado de São Paulo, onde saímos de 7º lugar em 2005 para o 8º lugar no exercício de 2013;
5. Constata-se que São José dos Campos vem crescendo seu valor adicionado em média 6% ao ano, mas o seu desempenho no período de 2005 a 2014 ficou abaixo da maioria dos municípios de mesmo porte no Estado de São Paulo;
6. São José dos Campos é considerada uma cidade com alta qualidade de vida, com IDH-M elevado (0,807), o que a situa na 24ª posição entre as 5.565 cidades brasileiras, segundo o ranking do IDHM;
7. Durante o período de 2005 a 2015 a Balança Comercial do Município fechou positiva (exportações maiores do que as importações). No entanto, nos últimos três anos (2013 a 2015) o saldo comercial tem sido menor do que no período de 2007 a 2012;
8. Mais de 75% das exportações de São José dos Campos se concentram para 8 países (Estados Unidos, China, México, Reino Unido, Argentina, Japão, Alemanha e África do Sul) e os principais produtos exportados tem se concentrado em cerca de 90% nas áreas da Indústria aeronáutica, automóveis, aparelhos elétricos e telefônicos e produtos farmacêuticos.
9. Em relação às importações, cerca de 50% do total importado tem como país de origem os Estados Unidos e 53% dos produtos importados se concentram na linha de produtos de turbo propulsores e reatores, turbina a gás, partes de veículos e acessórios, instrumentos e aparelhos para regulação e controle automáticos, compostos orgânicos e inorgânicos, aparelhos elétricos para telefonia e medicamentos;

10. A Receita arrecadada pelo Município teve um aumento real de 45% no período de 2005 a 2016 e as Despesa Efetivamente Liquidada tiveram aumento de 48%, neste período, em quatro anos observaram-se déficits orçamentários;
11. É importante destacar que a Receita Tributária municipal teve crescimento nominal de 185% no período de 2005 a 2016, equivalente ao aumento real de 60%, principalmente como resultado da revisão da Planta Genérica de Valores que foi efetuada em 2013 e que serve de base para o cálculo da cobrança do IPTU e expansão das atividades de serviços;
12. A receita tributária tem apresentado o melhor desempenho em termos de crescimento, em relação às demais fontes de receitas do Município e é a segunda maior fonte de receita, com uma participação média de 26% na arrecadação total do Município;
13. A receita corrente líquida, que é a base para cálculo do limite de endividamento do Município, de acordo com a resolução do Senado, vem crescendo em termos nominais cerca de 9,36% ao ano;
14. A despesa com pessoal Figura 8 está 6,36% menor do que o limite prudencial de 51,3% das receitas correntes líquidas, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, denotando que existe uma pequena folga para crescimento das despesas com pessoal (novas contratações e outros benefícios);
15. A dívida consolidada líquida do Município em 2016 chegou a 14% do Total das Receitas Correntes Líquidas, quando o limite máximo estabelecido pela resolução do Senado é de 120% das RCL.

9.2. O turismo em São José dos Campos

9.2.1. Introdução

O Município de São José dos Campos está localizado estrategicamente entre São Paulo e Rio de Janeiro. É interligado por modernas rodovias, servido por um aeroporto que foi recentemente ampliado e modernizado e está próximo a destinos como o litoral norte do Estado de São Paulo, Campos do Jordão, Sul de Minas Gerais, Serra da Mantiqueira, Basílica Nacional de Aparecida, além do Vale Histórico.

São José dos Campos é a porta de entrada para o Circuito da Mantiqueira, um dos quarenta e quatro circuitos turísticos regionais reconhecidos pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Sua cultura local foi influenciada pela história dos bandeirantes que traçaram pela região os caminhos rumo ao ouro das Minas Gerais e dos tropeiros que vinham do sul do Estado vizinho. Setenta por cento de seu território pertence à zona rural, sendo que grande parte do mesmo, corresponde a áreas de proteção ambiental, onde se destacam cenários de grande beleza paisagística, em meio a um relevo de montanhas e vales, repletos de cachoeiras e fragmentos de mata nativa.

São José dos Campos é o principal município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o mais importante polo aeronáutico e aeroespacial da América Latina, contando ainda com institutos de pesquisa científica, polos tecnológicos e industriais, que fomentam o potencial de negócios da cidade.

Além do turista de negócios, São José dos Campos atrai grande fluxos de pessoas em busca dos centros educacionais de nível técnico, universidades, serviços, centros de compras e lazer.

Grande parte do patrimônio histórico e arquitetônico do Município encontra-se na região central, assim como um dos seus principais pontos turísticos de contemplação, conhecido como “Banhado”: vasta área de depressão, que recebeu esse nome porque em tempos primórdios, por ocasião das cheias, as águas do Rio Paraíba avançavam por toda sua extensão. O Banhado é uma APA – Área de Proteção Ambiental e em 2012 passou a ser “Parque Natural Municipal do Banhado”.

Na região Centro também se encontram parques, praças, igrejas, comércio popular, ruas arborizadas, vias expressas, shopping centers, hotéis, bares, restaurantes, centros médicos e hospitalares e diversos serviços, mas a cidade oferece boa infraestrutura em todas as suas regiões.

São José dos Campos, além do distrito sede, conta ainda com dois outros distritos:

- São Francisco Xavier, localizado a 59 km ao norte do centro urbano, na Serra da Mantiqueira. O distrito contrasta com São José dos Campos por sua característica bucólica, típica de cidade interiorana. É privilegiado pela beleza e exuberância de suas paisagens naturais que abrigam riqueza de fauna e flora. Conta como atrativos turísticos: as cachoeiras Pedro David, das Couves e do Roncador, trilhas para caminhadas, mountain bike, rampas para voo livre e espaços para praticar parapáglio. Há boa infraestrutura de hospedagem e gastronomia.

- Eugênio de Mello, localizado na região Leste do Município, o distrito é uma região industrializada e em crescimento. Concentra plantas industriais como General Motors e Embraer, além do Parque Tecnológico e a CEAGESP, mas inclui também áreas de antigas fazendas.

9.2.2. O potencial turístico do Município

Segundo relatório produzido no ano de 2016 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, apesar da motivação “indústria e negócios” ser tradicionalmente considerada como o principal estímulo do afluxo turístico para São José dos Campos, esta opção encontra-se atrás das motivações “saúde-hospitalar”, “educação”, “comercial e serviços”, estando à frente apenas da motivação “lazer e entretenimento”.

Ainda segundo a Secretaria, o Município de São José dos Campos apresenta um grande potencial de turismo dos chamados “turistas passantes”. Pela Via Dutra e suas marginais, trafegam aproximadamente 930 mil veículos por semana, número este que ultrapassa a população joseense e das cidades localizadas a um raio de 100 km de São José dos Campos, sendo que em mais de 80% dessas cidades não há cinemas, teatros, shoppings centers ou parques públicos de porte e infraestrutura semelhantes aos existentes em São José dos Campos.

9.2.3. Atrativos turísticos de São José do Campos

Segundo o Ministério do Turismo:

- **Atrativos turísticos** são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-lo, podendo ser dos tipos: natural, cultural, atividades econômicas, eventos programados, realizações técnicas, científicas ou artísticas.

- **Produto turístico** caracteriza-se por ser o atrativo turístico acrescido de facilidades, equipamentos e serviços, sendo ofertado de forma organizada e disponibilizado para o consumo do turista.

- **Roteiro turístico** define-se por ser um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística, sendo que a roteirização turística auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos, apontando para quais são as melhorias necessárias, sejam elas de infraestrutura, sejam elas da qualificação, dos serviços existentes.

O Município de São José dos Campos possui inúmeros atrativos turísticos; muitos deles com potencial para desenvolver produtos turísticos de sucesso.

Atrativos Naturais:

Serras e Picos:

- Serra do Queixo D´Anta – localizada na divisa com Sapucaí Mirim (MG)
- Serra de Santa Bárbara - localizada na divisa com Sapucaí Mirim (MG)
- Pico do Selado – localizado na divisa com Camanducaia (MG) e Joanópolis (SP)

- Pico Focinho D´Anta- localizado na Serra do Queixo D´Anta

Pedras:

- Pedra Redonda – localizada em São Francisco Xavier a 1.925 metros de altitude
- Pedra Chapéu do Bispo- localizada em São Francisco Xavier a 1.913 metros

de altitude

- Pedra do Capim Azul– localizada em São Francisco Xavier, na Serra do Queixo D’Anta a 1.400 metros de altitude
- Pedra Pouso do Rochedo localizada em São Francisco Xavier, na Serra de Santa Bárbara a 1.300 metros de altitude

Cachoeiras:

- Cachoeira do Roncador: com 45 metros de altura, localizado na confluência do Ribeirão Roncador com o Rio do Peixe
- Cachoeira Pouso do Rochedo: possui trilha com oito cachoeiras
- Cachoeira Pedro Davi: localizada em São Francisco Xavier, possui 15 metros de altura em várias quedas
- Cachoeira das Couves: localizada em São Francisco Xavier, possui 15 metros de altura
- Cachoeira Santa Bárbara: localizada em São Francisco Xavier
- Cachoeira do Turvo: com 25 metros de altura, localizada na confluência do Rio Turvo com o Rio do Peixe.
- Cachoeira do Sabão: com 25 metros de altura, em três quedas, localizada na confluência do Córrego do Sabão com o Rio do Peixe

Atrativos Urbanos:

Museus

- Museu Municipal– Região Centro
- Museu do Folclore– Região Norte
- Museu de Arte Sacra- Região Centro
- Museu de Esportes– Região Centro
- MAB- Memorial Aeroespacial Brasileiro– Região Sudeste
- Museu e Relicário Pe. Rodolfo Komorek– Região Central
- Igreja São Benedito– Região Centro
- Museu do Lixo– Região Leste

Parques

- Parque da Cidade – Região Norte
- Parque Santos Dumont – Região Centro
- Torii da Praça Riugi Kojima – Região Oeste

- Parque Vicentina Aranha – Região Centro
- Parque Natural Augusto Ruschi– Região Norte
- Parque Ribeirão Vermelho – Região Oeste
- Parque do Alambari - Região Leste
- Parque Sérgio Sobral - Região Leste
- Parque Caminho das Garças – Região Sudeste
- Parque Maestro Sérgio Weiss - Região Leste
- Parque Natural Municipal do Banhado – Região Centro

Pontos de interesse

- Mercado Municipal
- Igreja São Benedito – construída primeiramente em taipa, data de 1880,

1881

- Igreja Matriz de São José
- Estádio Martins Pereira
- Biblioteca Pública Cassiano Ricardo
- Biblioteca Hélio Pinto Ferreira
- Biblioteca Helena Molina
- Cine Teatro Benedito Alves da Silva
- Cine Santana
- Estação Ferroviária de Eugênio de Mello
- Casa de Luz e Força de Eugênio de Mello
- Casas de Cultura – em várias regiões da cidade, as mesmas oferecem oficinas, exposições, apresentações culturais, palestras
- Espaços: arquivo Público, Espaço Mário Covas, centro Cultural Clemente Gomes, Centro de Estudos Teatrais, Galeria de Artes Helena Calil
- Gastronomia: Bolinho caipira – quitute de origem tropeira apreciado por joseenses e turistas, e João Deitado – broa de milho peculiar de São Francisco Xavier
- Teatro Municipal e Cine Teatro Santana
- Mirante Avenida Anchieta
- Mirante do Jardim Altos de Santana
- Concha do Banhado
- Feiras de Artesanato

Infraestrutura e negócios

- Shoppings Centers
- Centros Atacadistas
- Hipermercados
- Hospitais
- Espaços para eventos
- Auditórios
- Cinemas e teatros
- Universidades, polos tecnológicos

9.2.4. Potenciais roteiros turísticos a serem desenvolvidos no Município:

• Distrito de Eugênio de Mello – o distrito apresenta como potencial para exploração turística a Estação Ferroviária, a Capela Santa Cruz, o centenário Jequitibá Rosa, sendo estes, bens preservados, além do Centro Cultural Rancho do Tropeiro e a produção de flores.

• Trilhas ciclísticas – São José dos Campos já apresenta inúmeros praticantes de ciclismo que se agrupam para percorrer suas trilhas urbanas e rurais (rotas e trilhas a serem sinalizadas e divulgadas).

• Roteiros rurais – potencial turístico em ascensão, visto que a população dos grandes centros urbanos vem valorizando as origens interioranas, resgatando a vida simples do campo, o consumo de produtos orgânicos e o contato com a natureza.

• Roteiro de esportes – o Município é berço de atletas de renome mundial na natação, rúgbi, futebol. Esportes como basquete e vôlei estão sempre em relevância no cenário nacional.

• Trilhas para caminhadas – tanto na área urbana quanto na área rural há rotas e trilhas a serem sinalizadas e divulgadas.

• Rotas para tropeiros – o Município é porta de entrada do Circuito da Mantiqueira, contando com rotas e trilhas a serem sinalizadas e divulgadas também nesse percurso.

• Rota aeroespacial – o Município possui o MAB – Memorial Aeroespacial Brasileiro, observatório astronômico, planetário e indústrias ligadas ao ramo aeroespacial e aeronáutico com potencialidade de desenvolver roteiros de visitas a serem organizadas e divulgadas.

• Turismo náutico – a Represa do Jaguari representa um grande potencial de

lazer e de exploração dos esportes aquáticos e náuticos. Já o Rio Paraíba possui em sua extensão, dentro do Município, paisagens belíssimas que podem ser exploradas através do turismo em seu leito navegável.

- Cidade “HUB” – A cidade tem potencial para receber turistas interessados em outras cidades, mas que utilizem a infraestrutura hoteleira e de restaurantes de São José dos Campos como ponto de apoio.

9.2.5. Infraestrutura turística em São José dos Campos

São José dos Campos apresenta boa infraestrutura para realização de eventos, contando com espaço para promoção dos mesmos em dois Parques Municipais, 35 espaços de eventos particulares para locação, 18 locais em hotéis, além dos espaços localizados nas associações, clubes, chácaras, instituições de ensino e no Parque Tecnológico. O Município conta ainda com mais de 4.200 leitos em hotéis, aproximadamente 370 leitos em pousadas e cerca de 100 restaurantes aptos a atender a demanda turística.

A Prefeitura de São José dos Campos possui um Departamento de Turismo, que é o órgão responsável por coordenar as ações de marketing e de captação de recursos para o desenvolvimento das atividades da área turística no Município. Dentre as entidades atuantes nessa esfera há o COMTUR – Conselho de Turismo Municipal, que atua como um fórum deliberativo e é um elo entre a Prefeitura e os agentes de turismo da sociedade civil; o SKJ Convention & Visitors Bureau, que atua na captação de eventos e sua divulgação no Município; e o SINHORES – Sindicato dos Hotéis, Bares e Similares.

9.2.6. Municípios de Interesse Turístico

No ano de 2015 o governo do Estado de São Paulo promulgou a Lei Complementar 1.261/2015 que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico (MIT) Tais municípios serão considerados como destinos indutores de turismo no Estado e receberão subsídios para fomentar sua qualificação como tal.

Para que um município possa ser classificado como um MIT, o mesmo deve satisfazer os seguintes requisitos: ter serviço médico emergencial; possuir meios de

hospedagem e alimentação; dispor de infraestrutura de abastecimento de água e de coleta de resíduos sólidos que seja capaz de atender suas populações fixas e flutuantes; possuir Plano Diretor de Turismo e Conselho Municipal de Turismo, além de contar com expressivos atrativos turísticos.

Dentre as segmentações de turismo propostas por esta Lei, baseadas nas definições do órgão de turismo nacional, São José dos Campos apresenta potencial para o desenvolvimento dos seguintes tipos de segmentação turística:

- **Ecoturismo**– Com grande porção de seu território constituído por área de preservação ambiental, com sua paisagem de morros e escarpas, rica cadeia hidrográfica, o Município poderia explorar o ecoturismo. Hoje já se nota grande número de ciclistas que se agrupam para explorar trilhas tanto urbanas quanto rurais e também se nota no Município um grande número de trilhas aptas para a prática de caminhada, sendo que São José dos Campos inclusive faz parte da “Rota da Alegria” – Caminho turístico/religioso que integra o Programa Turístico Estadual “Caminha São Paulo”, que envolve trinta municípios e que possui 560 km de extensão.

- **Turismo rural**– Com aproximadamente 70% do território pertencente a Macrozona Rural e propriedades rurais particulares abertas à visitação, São José dos Campos apresenta grande potencial para o desenvolvimento do turismo rural.

- **Turismo de esportes**– O Município possui estádio de futebol, com capacidade para receber público dos grandes clubes nacionais e equipamentos poliesportivos aptos para treinamento dos atletas.

- **Turismo náutico**– Como já indicado, São José dos Campos possui a Represa do Jaguari que apresenta grande potencial para o desenvolvimento do Turismo Náutico e também o Rio Paraíba, que possui em sua extensão, dentro do Município, paisagens belíssimas que podem ser exploradas através do turismo.

- **Turismo de estudos e intercâmbio**- Com suas universidades, centros de pesquisa de ponta e polos tecnológicos, São José dos Campos possui grande vocação para o turismo de estudos.

- **Turismo de negócios e eventos**– Com seu parque industrial, centros de pesquisa de ponta, Parque Tecnológico e infraestrutura hoteleira, o Município apresenta grande vocação para o desenvolvimento do turismo de negócios e para atração de diversos tipos de eventos.

- **Turismo de saúde**- Sendo o maior município da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, além de ser um dos maiores municípios nas proximidades do sul mineiro e sul fluminense, São José dos Campos tende a atrair um grande número de pacientes

vindos de fora à procura de seus serviços médicos e terapêuticos.

A fim de pleitear recursos estaduais para o fomento ao turismo, o Município de São José dos Campos deverá produzir um Plano Diretor de Turismo que inventarie seus potenciais naturais, imateriais, culturais, paisagísticos, eventos, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, além de outras estruturas turísticas. Tal Plano Diretor deverá apresentar um diagnóstico de seus atrativos, um prognóstico que identifique possíveis nichos turísticos a serem explorados e deverá propor um plano de ação identificando quais as benfeitorias necessárias para alcançar tais objetivos, seja através de melhoria de infraestrutura, acessibilidade e sinalização do local, seja através de divulgação de seus atrativos turísticos.

9.4. Parque Tecnológico de São José dos Campos

9.4.1. Implantação do Parque Tecnológico e criação de seu Perímetro Especial

Com a finalidade de destinação à implantação do núcleo do Parque Tecnológico de São José dos Campos, o imóvel, com área de terreno de 188.811 m² e área edificada de 30.389 m², matriculado sob nº 118.727 R.4/ do Livro nº 2 do CRI local, foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Decreto Municipal 12.023 de 06 de fevereiro de 2006,

Em 26 de julho de 2006 foi celebrado o Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Prefeitura de São José dos Campos visando à implantação do Parque Tecnológico do Município. Posteriormente, no dia 06 de outubro de 2006 foi firmado o convênio, nos termos da Lei Estadual 7.101 de 26 de junho de 2006, objetivando a transferência de recursos financeiros estaduais para a reforma das edificações constantes do imóvel denominado “Núcleo do Parque Tecnológico de São José dos Campos”.

O Decreto Municipal 12.367 de 04 de dezembro de 2006 instituiu o programa “Parque Tecnológico de São José dos Campos”, definindo os principais objetivos e ações que deveriam orientar sua implantação, funcionamento e manutenção.

Através da Lei Municipal 320 de 30 de maio de 2007 foi criado o “Perímetro Especial do Parque Tecnológico”, definindo-se uma área do Município, abrangendo áreas de entorno ao núcleo do Parque, como região de interesse para realização de transformações urbanísticas e instalação predominante de empresas baseadas em conhecimento e inovação tecnológica. De acordo com a referida LC 320/2007, o desenvolvimento de atividades no perímetro então instituído fica sujeito à análise prévia e à diretrizes ambientais e urbanísticas de uso e ocupação do solo a serem emitidas pelos órgãos municipais competentes das áreas específicas, em conjunto com o órgão municipal responsável pelas ações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município.

Hoje, o Parque Tecnológico (PqTec) de São José dos Campos se constitui em um ambiente diverso, com empresas de diferentes tamanhos, laboratórios, instituições de ciência e tecnologia, universidades e entidades da sociedade civil, e tem o objetivo de se consolidar como um grande complexo de inovação e empreendedorismo. É gerido

pela Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos – APTSJC, regida por Estatuto e Regimento Interno, que disciplina a organização e funcionamento do Parque.

Com a incorporação, em abril de 2016, das atividades do Centro de Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista, Cecompi, o PqTec tornou-se o maior complexo de inovação e empreendedorismo do Brasil.

Em termos especificamente locais, a instituição, implantação e o funcionamento do Parque Tecnológico têm vários propósitos. Dentre eles, fortalecer o setor aeroespacial e de defesa, ajudar a fortalecer e renovar outras cadeias industriais importantes para a região e incrementar o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação. Com isso, o PqTec tende a tornar-se instrumento para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Município.

Localização

O núcleo do Parque Tecnológico localiza-se na estrada Municipal Altino Bondesan, paralela à Rodovia Presidente Dutra, na altura do km 138, no Distrito de Eugênio de Melo, na Região Leste do Município. O “Perímetro Especial do Parque Tecnológico” tem seus limites definidos pela divisa intermunicipal com Caçapava e pela Rodovia Carvalho Pinto.

Mobilidade

O acesso ao núcleo do Parque é feito através da Rodovia Presidente Dutra e do Viaduto do Distrito de Eugênio de Melo que, atualmente, tem tráfego intenso e trânsito sobrecarregado. A região está estruturada ainda sobre estradas municipais antigas que mantêm as dimensões de estradas rurais e sobre a Estrada Velha Rio-São Paulo.

A Política Municipal de Mobilidade do Município, aprovada através da Lei Complementar 576/2016, aponta a necessidade de obras viárias para ligação do núcleo do Parque com o viaduto Santa Inês e acesso à Rodovia Carvalho Pinto pela Estrada Municipal Joel de Paula, permitindo a interligação entre Via Dutra e a Rodovia Carvalho Pinto.

Caracterização

Numa área contígua ao núcleo do Parque Tecnológico, foi implantado um novo loteamento, executado pela empresa URBAM – Urbanizadora Municipal SA em parceria com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, loteamento este que possui uma área de aproximadamente um milhão de metros quadrados e cujos lotes são destinados a instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades consideradas relevantes para o desenvolvimento do Parque Tecnológico. Estima-se que, atualmente, considerado o perímetro constituído pelo núcleo do Parque, acrescido do novo loteamento, a área edificada total seja de, aproximadamente, 55 mil metros quadrados.

A área total do “Perímetro Especial do Parque Tecnológico”, definido no Artigo 129 e Anexo 11 – Mapa 04 da Lei Complementar 428/10, é de, aproximadamente 25 milhões de metros quadrados e ocupa grande parte da região Leste do Município. A Rodovia Presidente Dutra constitui uma barreira física, dividindo o perímetro em duas partes.

9.4.2. O Parque Tecnológico no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI 2006

O Artigo 17 da Lei Complementar 306 de 17 de novembro de 2006 define as diretrizes gerais da política de desenvolvimento econômico na área da Ciência e Tecnologia, Inovação e Qualificação Profissional do Município. Dentre as diretrizes, para o Parque Tecnológico especificamente, são traçados como objetivos nos incisos I e II do referido artigo:

I – consolidar a implantação do Parque Tecnológico, visando integrar universidades públicas, centros de pesquisas, incubadoras e clusters (arranjos produtivos) de indústria e serviços, com o objetivo de aumentar a competitividade do Município e das empresas locais;

II – priorizar no funcionamento do Parque Tecnológico, as pesquisas de tecnologias limpas e os empreendimentos sustentáveis;

9.4.3. O Parque Tecnológico na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

A Lei Complementar 428 de 09 de agosto de 2010 estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo, vigentes no Município. Na Seção IV, do Capítulo III, que trata do “Zoneamento do Território”, os artigos 129 e 130 definem e alteram o “Perímetro Especial do Parque Tecnológico” estabelecido através da Lei Complementar Municipal 320 de 30 de maio de 2007.

O Perímetro Especial do Parque Tecnológico é definido como a região de interesse para a realização de transformações urbanísticas com o objetivo de viabilizar a implantação e funcionamento do "Parque Tecnológico de São José dos Campos", com a instalação de empresas baseadas em conhecimento e inovação tecnológica e de outros empreendimentos compatíveis com o Plano Básico do Parque Tecnológico. Este perímetro é aquele constante no Anexo 11 – Mapa 04 da referida Lei Complementar 428/10.

9.4.4. Ocupação Territorial e Econômica no “Perímetro Especial do Parque Tecnológico”

Integram o “Perímetro Especial do parque Tecnológico” algumas plantas industriais e grandes glebas vazias, sem infraestrutura, entremeadas com grande número de parcelamentos clandestinos e/ou irregulares.

O Parque mantém vínculos formais com duas modalidades de empresas: “residentes” e “associadas”. As residentes estão instaladas no Núcleo do Parque e se dividem em empresas de micro, pequeno e médio portes, e empresas de grande porte e/ou empresas âncoras. Já as empresas associadas são aquelas vinculadas ao Arranjo Produtivo Local de Tecnologias da Informação e Comunicação (APL TIC Vale) e ao Arranjo Produtivo Local Aeroespacial e Defesa (*Brazilian Aerospace Cluster*). A maioria das empresas dos APLs está instalada fora do Parque. Há também as empresas da modalidade “localizadas”: são de grande porte, ocupam áreas da ZEPTEC e não têm necessariamente vínculos formais com o Parque.

Tabela 50 - Empresas no universo do Parque Tecnológico

EMPRESAS NO UNIVERSO DO PQTEC (31/12/2016)				
Modalidade	Vínculo	Porte	Instalação	Número
Residentes		Micro/startups	Incubadoras	23
		Pequenas e médias	Centros Empresariais	43
		Grandes e/ou âncoras	Centros Empresarias	8
Associadas	APL TIC	Vários	Maioria fora do PqTec	67
	APL Aero	Vários	Maioria fora do PqTec	94
Localizadas	Não tem	Grande	Área privada	3
Empreendedorismo social	Programa Galerias do	Micro	Mini shoppings	28
Incubadas	Programa Municipal de	Micro/startups	Incubaero e Univap	13
Total				279

Fonte: Parque Tecnológico de São José dos Campos - 2017

Há ainda quatro Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) instaladas no Parque, e cinco Instituições de Ensino e Pesquisa. Também há três entidades da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

A Tabela 51 detalha a natureza das empresas e instituições que integram o universo do Parque:

Tabela 51- Total de empresas e instituições no universo do Parque Tecnológico

TOTAL DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES NO UNIVERSO DO PARQUE – 31/12/2016	
Empresas incubadas	36
Micro, pequenas e médias empresas	43
Grandes empresas ou empresas-âncora	8
Empresas localizadas	3
Empresas programa Galerias do Empreendedor	28
Empresas associadas APL TIC	67
Empresas associadas APL aeroespacial e defesa	94
Centros de Desenvolvimento Tecnológico	4
Instituições de ciência e tecnologia	4
Instituições de ensino e pesquisa	5
Entidades da sociedade civil	3
Total	295

Fonte: Parque Tecnológico de São José dos Campos - 2017

O conjunto de empresas, entidades, instituições de C&T e de ensino e pesquisa soma um universo “residente” aproximado de seis mil pessoas. São cerca de 4.100 estudantes, 200 professores, 400 servidores técnico-administrativos das instituições de ensino e 1.300 profissionais nas empresas, laboratórios e centros de P&D. O Parque dispõe de 800 vagas para estacionamento de veículos de passeio, o que é suficiente para atender a população residente e os visitantes. É servido por ônibus do sistema municipal de transporte coletivo.

Ressalta-se a perspectiva de implantação, em glebas pertencentes ao perímetro, de grandes empreendimentos urbanísticos que visam o parcelamento para fins residenciais, comerciais, de serviços e industriais, cujos projetos encontram-se em fase de análise e aprovação. No entorno mais próximo ao núcleo, são quatro empreendimentos que, juntos, somam uma área total de, aproximadamente 3.800.000,00 m² e uma população projetada de cerca de 30.000 pessoas. Nota-se ainda a proximidade de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, já implantados, como o Jardim São José II, com 453 unidades habitacionais de

interesse social, destinadas a moradores de favelas, executado pela municipalidade em parceria com o Governo Federal e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Na área que compõe o núcleo do Parque Tecnológico são admitidas atividades comerciais, de serviços, institucionais e industriais, sendo permitido o uso residencial somente no caso de alojamento para estudantes dentro dos Campos Universitários.

Alguns dos loteamentos clandestinos situados dentro do perímetro já foram regularizados e os demais estão em processo de regularização, sendo que, praticamente todos já possuem infraestrutura básica. As dimensões das vias de circulação ocasionam problemas quanto à mobilidade interna nesses loteamentos.

Na região mais distante do núcleo integrante do perímetro considerado especial, observa-se a existência de grandes glebas desocupadas, sendo que algumas delas mantêm características de uso rural. Há dificuldade de acessibilidade ao local devido às características das estradas municipais de acesso e aos parcelamentos implantados clandestinamente que geram descontinuidade no traçado das vias existentes.

9.4.5. Zoneamento

De acordo com o Anexo 11 – Mapa 4 da Lei Complementar 428/10 o “Perímetro Especial do Parque Tecnológico” é subdividido, na sua maior parte, nas Zonas de Uso: ZUPI, ZI, ZQA, ZEIS e ZUD, definidas, conforme o Artigo 127 da referida Lei Complementar, da seguinte forma:

Zona de Uso Predominantemente Industrial - ZUPI: constitui-se de áreas destinadas à localização de atividades comerciais, de serviços, institucionais e industriais, admitindo, no máximo, atividades com grau de risco ambiental médio-alto.

Zona de Qualificação - ZQA: constitui-se de glebas e/ou terrenos sem infraestrutura que, devido a sua localização estratégica para o crescimento urbano e o desenvolvimento do Município, necessitam de Plano de Ocupação Específica visando configurar novas centralidades, com diversidade de usos e com boa qualidade urbano-ambiental, podendo ter parâmetros específicos e respeitar as características dispostas no artigo 143 da mencionada Lei Complementar.

Zona Especial de Interesse Social - ZEIS: constitui-se de áreas destinadas aos projetos residenciais voltados à população de baixa renda, enquadrando-se nesta categoria áreas ocupadas por sub-habitações, imóveis utilizados como cortiço, habitações coletivas precárias, conjuntos habitacionais irregulares ocupados por moradores de baixa renda, favelas e loteamentos clandestinos onde haja interesse social em promover a regularização fundiária e urbanística, adquiridas pelo poder público para programas habitacionais e/ou áreas correspondentes às frações do território destinadas à promoção da política habitacional de interesse social que comprovadamente atendam à faixa salarial de zero a três salários mínimos.

Zona de Uso Estritamente Industrial - ZI: constitui-se de áreas destinadas exclusivamente à localização de atividades industriais com, no máximo, grau de risco ambiental médio-alto.

Zona de Uso Diversificado - ZUD: constitui-se de áreas destinadas a garantir a proteção das áreas circunvizinhas às zonas de uso predominantemente industrial contra possíveis efeitos residuais e acidentes provenientes de atividades de risco ambiental mais significativo, admitindo-se os usos de comércio, serviços, institucionais e industriais com, no máximo, grau de risco ambiental leve.

A definição das Zonas de Uso que predominam no Perímetro Especial do Parque Tecnológico caracteriza bem a ocupação da região, composta, basicamente, por grandes glebas vazias, áreas industriais ou destinadas às indústrias e loteamentos ou conjuntos considerados de interesse social.

Há ainda pequenas porções do perímetro situadas em ZUC6 e ZUC7, que caracterizam-se como zonas de uso misto, com predominância residencial, admitidas atividades comerciais, de serviços, institucionais e indústrias de pequeno porte.

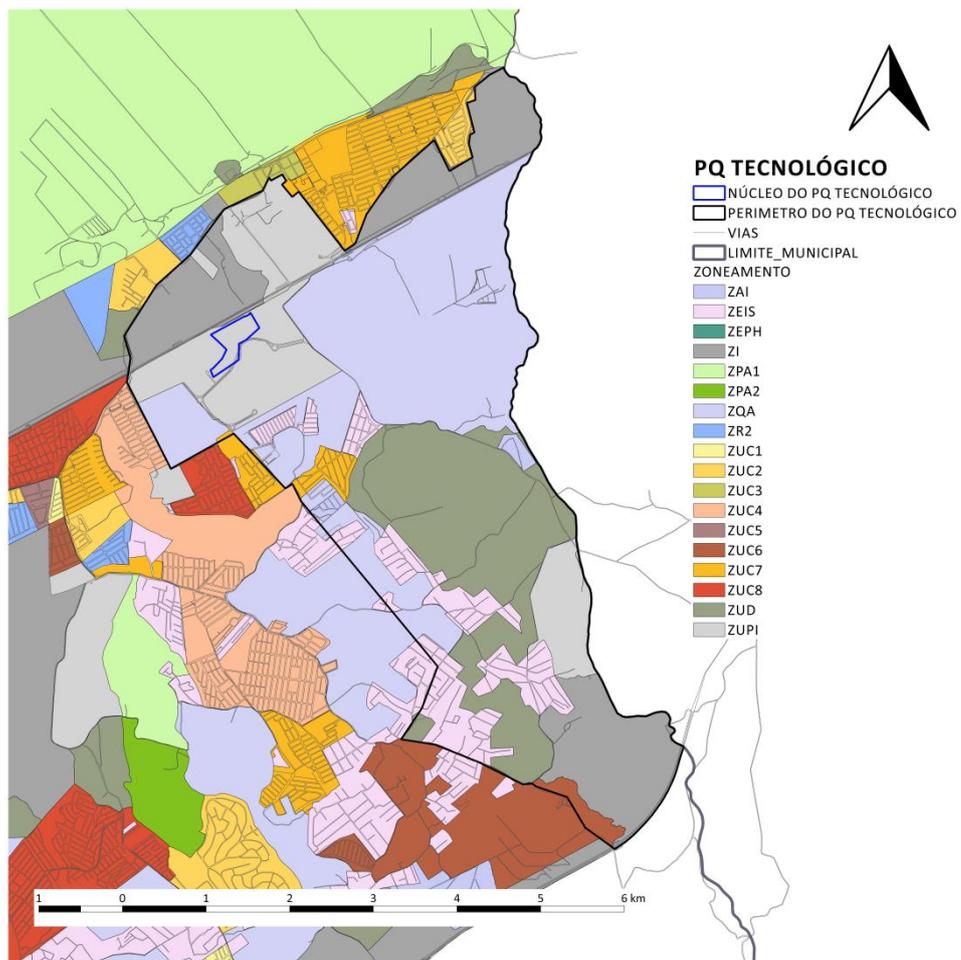


Figura 117 - Perímetro especial do Parque Tecnológico com localização do núcleo e indicação das zonas de uso

Fonte: Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

9.4.6. Conclusão – Aspectos Relevantes

Considerando os objetivos específicos e atividades desenvolvidas no Parque Tecnológico de São José dos Campos, assim como a caracterização de sua atual ocupação, podemos definir a região de influência direta como um polo de desenvolvimento urbano que poderá constituir, futuramente, uma nova centralidade.

A definição do “Perímetro Especial do Parque Tecnológico” como região de interesse para realização de transformações urbanísticas, visa uma ocupação planejada e organizada para que ocorra em harmonia com os conceitos e atividades do Parque.

A perspectiva de implantação de novos loteamentos em seu entorno pode trazer grandes benefícios ao Parque, propiciando melhores condições de moradia, acessibilidade, maior número de áreas públicas institucionais, áreas verdes e áreas de lazer, assim como instalação de atividades não residenciais consideradas como apoio ou atrativas para a localidade.

A mobilidade se constitui em um grande desafio para a região como um todo, havendo necessidade de obras viárias importantes para garantir a fluidez do tráfego no local e a acessibilidade ao núcleo do Parque Tecnológico. A proposta para a ocupação das grandes áreas vazias, localizadas próximas à Rodovia Carvalho Pinto e mais distantes do núcleo do Parque, demanda estudos específicos e revisão quanto à real necessidade de inclusão das mesmas no perímetro considerado de influência direta e interesse do Parque.

A existência de parcelamentos clandestinos ou irregulares no perímetro indica a necessidade de um planejamento específico, considerando-se que, devido ao processo de regularização desses loteamentos, as áreas mais periféricas estão sendo dotadas de infraestrutura, aumentando o interesse imobiliário na região. São necessários estudos direcionados também à definição de parâmetros de uso e ocupação para esses loteamentos, devido aos problemas de mobilidade interna e à necessidade de descaracterização de seu enquadramento como Zona Especial de Interesse Social após efetiva regularização.

9.5. O rural joseense

Embora cerca de 70% do território de São José dos Campos esteja em área rural (estimada em 745,7 km²), abriga apenas 2,18% da população (15.175 habitantes, segundo Censo IBGE de 2010). Em decorrência de sua grande extensão, a zona rural apresenta considerável diversidade em seu meio físico e múltiplas potencialidades de desenvolvimento.

O atual perímetro da zona rural do Município de São José dos Campos é estabelecido pela Lei Complementar Municipal 428 de 2010, conforme Figura 118, e descrito no capítulo referente ao Macrozoneamento.

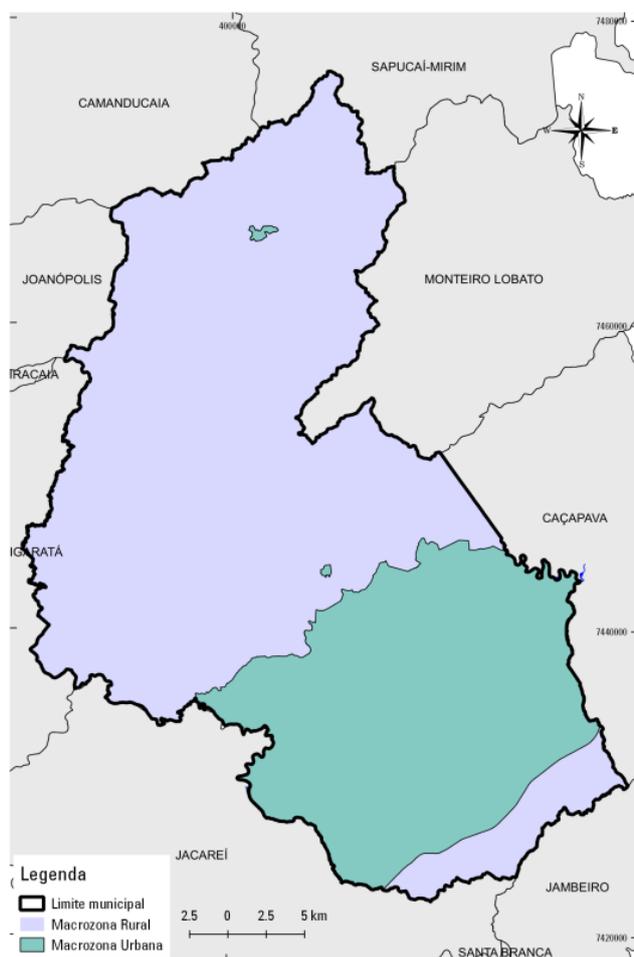


Figura 118 - Limite urbano e rural de São José dos Campos

Fonte: Prefeitura de São José dos Campos, 2006.

A análise histórica da ocupação do solo rural de São José dos Campos e as características físicas de seu território oferecem subsídios para a discussão e definição de sua atual vocação.

O solo do Vale do Paraíba, comumente descrito como não fértil, sofreu desgastes resultantes de monoculturas, a exemplo da cultura cafeeira. Soma-se a este fator, a topografia acidentada, considerada como inadequada para o cultivo intensivo do solo. Acrescente-se ainda o fator cultural, tendo em vista que, com a industrialização a partir de meados do século XX, o setor primário foi progressivamente alijado da economia municipal. As características socioespaciais e a ascensão da industrialização na região, particularmente em São José dos Campos, coadjuvaram para a segregação integral entre a área urbana e a zona rural no município.

Em sua grande extensão, a zona rural do Município apresenta uma belíssima paisagem e pontos turísticos com diferentes identidades, como a região da Represa do Jaguari e o Distrito de São Francisco Xavier, localizado na porção extremo norte, preconizando vocações turísticas sustentáveis.

Mudanças em relação à sociedade e à valorização da natureza vêm sendo apontadas nas últimas três décadas indicando o surgimento e a valorização de um conjunto de características relacionadas à “vida rural”: aspectos como a atenção com a conservação do patrimônio natural, valorização de novas funções, possibilidades de novas atividades econômicas vinculadas a este ambiente, o desenvolvimento de atividades de turismo e de lazer, o anseio por uma habitação intermediária entre a moradia rural e urbana (maior “contato com a natureza”) e o ideal de qualidade de vida entre outros fatores.

Por outro lado, também se verificou, a partir da década de 1980, o agravamento da ocupação por aglomerados rurais clandestinos, assentados fora do perímetro legal e com condição potencialmente agravada por estarem localizados em áreas de proteção ambiental ou áreas de risco geomorfológico. A maior parte dos parcelamentos irregulares encontra-se na região Norte e a principal razão para a implantação e crescimento destes aglomerados é o preço mais baixo da terra, o que tem aumentado significativamente a pressão sobre o território rural.

Desta forma, e como reflexo dos condicionantes históricos, a área rural em São José dos Campos apresenta fragmentos que perderam a vocação de produção agrícola/pecuária, revelando ao mesmo tempo características urbanas ou outras potencialidades. Também apresenta áreas com fragilidade ambiental que devem ser protegidas e não se prestam à urbanização.

Na represa do Jaguari, assim como Distrito de São Francisco Xavier, percebe-se a fragmentação do solo como importante fator de risco decorrente da ocupação urbana. Uma preocupação decorrente dessa fragmentação é a proteção ambiental dos recursos hídricos, considerando-se a ausência de saneamento básico adequado em unidades habitacionais rurais.

Alternativas econômicas e modos de produção sustentáveis são indispensáveis para a zona rural de São José dos Campos, de modo a que se garanta a recuperação e a preservação da biodiversidade distribuída no mosaico de Mata Atlântica. Nesse sentido, seria importante buscar a conectividade entre as áreas remanescentes e o manejo da paisagem, através dos corredores ecológicos. A ideia de corredor ecológico aplica-se às estruturas lineares formadas por fragmentos de habitats da matriz territorial que mantêm a mobilidade das espécies de fauna e flora, garantindo as necessidades de alimentação e reprodução, assegurando a obtenção de recursos e a permutação para a diversidade genética. O estabelecimento de corredores ecológicos apresenta uma restrição adicional a atividades agropecuárias tradicionais, porém oferece a possibilidade de prestação de serviços ecossistêmicos. Cabe salientar que os corredores ecológicos devem ser pensados inclusive em termos metropolitanos, uma vez que a biodiversidade não se restringe aos limites municipais.

As atividades desenvolvidas atualmente norteiam estratégias próprias de sobrevivência e formatam a produção do espaço rural. Diante deste quadro cabe ao poder público definir novas políticas para a zona rural, com propostas que visem o seu desenvolvimento econômico alinhado à utilização sustentável de seus recursos naturais.

A abordagem do macrozoneamento dentro do Plano Diretor deve procurar contribuir sobremaneira com um novo cenário voltado ao desenvolvimento sustentável, conciliando o potencial econômico com a recuperação e a preservação dos recursos naturais, garantindo ainda a equidade social a seus habitantes.

9.5.1. Estrutura fundiária e economia

A zona rural corresponde a aproximadamente dois terços da área do Município e, comparativamente às demais atividades desenvolvidas, tem pouca representatividade na economia: apenas cerca de 0,1% do PIB de São José dos Campos, conforme dados do IBGE.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instrumento que procura recensear as propriedades rurais no território brasileiro, demonstra a existência de grande número de propriedades rurais em São José dos Campos –inclusive dentro do perímetro urbano. Até agosto de 2017, foram cadastradas 1.470 propriedades, conforme a Figura 119. Observa-se a diversidade de tamanhos de propriedades, espalhadas em todo o território do Município.

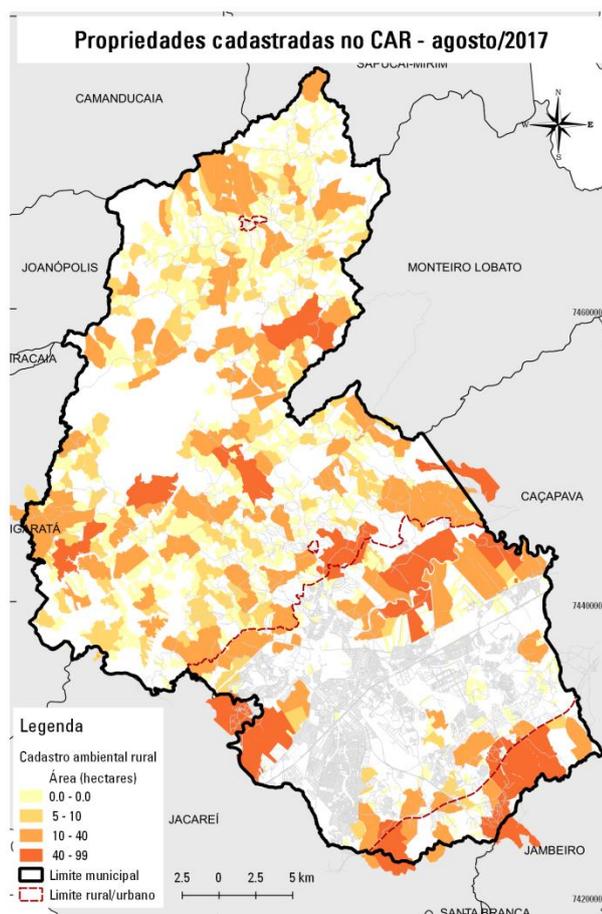


Figura 119 - Propriedades cadastradas no CAR em São José dos Campos

Fonte: Cadastro Ambiental Rural. Elaboração Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

Já segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA, predominam os pequenos produtores rurais (com área de até 50 hectares), conforme Tabela. Somente 5% das propriedades têm área acima de 200 hectares.

Ainda considerando a distribuição fundiária e levando em conta que o módulo fiscal no Município é de 12 ha, podemos inferir que, do total de 987 imóveis (Unidades

Produtivas Agropecuárias - UPA), 707 imóveis (71,6%) podem ser considerados minifúndios e pequenas propriedades por terem até quatro módulos fiscais ocupando área total de 12.021ha (17,5% da área total da área rural do Município).

Tabela 52 - Estrutura fundiária da zona rural de São José dos Campos

Área (Ha)	Nº de Upas	% (Upas)	Ha
0 - 1	11	1,1%	7,4
1 - 2	21	2,1%	37,7
2 - 5	161	16,3%	640,9
5 - 10	98	9,9%	766,5
10 - 20	172	17,4%	2610,7
20 - 50	244	24,7%	7957,6
50 - 100	116	11,8%	8409,8
100 - 200	101	10,2%	14704,7
200 - 500	52	5,3%	15680,9
500 - 10000	8	0,8%	6086,2
> 1000	3	0,3%	11752,7
Total:	987	100,0%	68.655,10

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2007/2008

Segundo os dados obtidos pelo LUPA 2007/2008 e apresentados na Tabela 53, das 3.183 unidades produtivas do Município, 930 possuem área destinada à pastagem, ocupando 57,6 %. Em termos de número de UPAs destacam-se também as culturas temporárias que são encontradas em 363 imóveis e ocupam de 1,64%. O reflorestamento é uma atividade desenvolvida em 151 imóveis e ocupa 20% da área da zona rural.

Tabela 53 - Uso do solo na área rural de São José dos Campos

Descrição de uso do solo	Nº de Upas	Ha	% (ha)
Cultura perene	159	92,7	0,14
Cultura temporária	363	1126,1	1,64
Pastagens	930	39546,1	57,60
Reflorestamento	151	13886,2	20,23
Vegetação natural	556	11296,8	16,45
Vegetação de brejo e várzea	6	219	0,32
Área em descanso	58	1136,5	1,66
Área complementar	960	1351,7	1,97
Total:		68.655,10	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2007/2008

Atualmente, o ambiente rural do Município se caracteriza pela produção de leite como principal fonte de renda, assim como já era descrito no PDDI 1995, mas vê-se também a presença crescente da pecuária de gado de corte; ambos, em sua maior parte, baseados no cultivo extensivo através do uso de pastagens naturais. Este perfil do produtor rural vem sofrendo alterações e o produtor busca produzir mais, gastando menos e em espaços cada vez menores. Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, a produção de leite de 2015 foi a menor desde a década de 1980, entretanto o rebanho bovino apresentou um acréscimo razoável fechando o ano com 53.265 cabeças no Município.

O valor apurado da produção de leite no ano de 2012 dos estabelecimentos agropecuários de São José dos Campos foi de cerca de R\$ 20,6 milhões (IBGE, 2012). Praticada em geral em pequenas e médias propriedades de forma extensiva, a atividade gera produtos normalmente comercializados por meio de laticínios e cooperativas.

Segundo a Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico, aos poucos, entretanto, alguns novos produtos começam a se destacar na região, entre eles o shitake, o caqui e o maracujá. Há ainda outros produtos que buscam um nível de produção adequado ao mercado e certificações que permitam a comercialização. A demanda por produtos agrícolas no Município é grande e ainda hoje a maior parte das hortaliças compradas é proveniente de outras localidades. Ainda segundo a Secretaria, há carência no Município por produtos agrícolas destinados à merenda escolar, havendo recomendações legais no sentido da compra de alimentos por produtores locais e familiares (vide, por exemplo, Lei Federal 11.947/2009, e Resolução FNDE/CD nº 4/2015).

A descapitalização do produtor rural e o desenvolvimento das indústrias de celulose na região levaram, nas últimas décadas, a um incremento da silvicultura. Afora o reflorestamento, a produção pecuária e algumas outras atividades produtivas que de menor expressão, percebe-se claramente grande ociosidade de terras na zona rural do Município. Junta-se a esta ociosidade a escassez de políticas públicas vigorosas destinadas ao desenvolvimento rural e à sempre crescente pressão do urbano.

Com foco em contribuir para o fortalecimento dos produtores, manutenção do emprego na zona rural, aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do homem do campo, foi criado em dezembro de 2007 o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER).

O programa promoveu campanhas de vacinação contra febre aftosa, brucelose e raiva animal no rebanho bovino e bubalino; transporte do calcário agrícola; estruturação do sistema georreferenciado de informações rurais em São Francisco Xavier; cadastramento de produtores rurais de São Francisco Xavier; aração e gradagem do solo; apoio a cursos de capacitação, assistência técnica com engenheiro agrônomo; transporte de sementes do centro de produção até os produtores (entre 2007 a 2009).

Atualmente, as campanhas de vacinação atingem aproximadamente 23 mil cabeças, no caso da contra febre aftosa, 2.300 cabeças contra brucelose e 4 mil cabeças contra raiva animal. Estuda-se a possibilidade de aumentar a cobertura vacinal e abranger outras espécies na vacinação antirrábica. O serviço de transporte de calcário, apoio a cursos e eventos de capacitação do produtor rural e a assistência técnica de engenheiro agrônomo também estão disponíveis para os produtores rurais e apenas o serviço de aração e gradagem encontra-se em processo de reformulação para melhor atender aos produtores.

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos apoia entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para os cursos de capacitação que realiza na área rural, a exemplo do curso Pró-Leite, com duração de um ano. Nos últimos anos, a Prefeitura ofereceu, em algumas oportunidades, cursos de qualificação para o produtor rural, porém, a oferta ainda é incipiente, tendo em vista as necessidades de aperfeiçoamento da mão-de-obra. Outro entrave ao desenvolvimento rural é exatamente a escassez de volume de mão-de-obra residente na zona rural.

Destacam-se no Município três cooperativas, a Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos (COOPER), a Associação dos Produtores de Agronegócio de São Francisco Xavier (APAX-2014) e a Cooperativa de Produtos Agrícolas e da Agricultura do Vale do Paraíba (COOPVALE-2016) sendo que essas duas últimas contaram com

suporte técnico da Prefeitura para sua criação. Identifica-se, atualmente, a presença de outras cooperativas e associações independentes, algumas ainda sem cadastro oficial. Cabe ressaltar, contudo, que o associativismo e o cooperativismo ainda são pouco explorados.

O Município acompanha também projetos para implantação de cadeias produtivas como, por exemplo, o Projeto Recuperação de Serviços de Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica Brasileira - GEF Mata Atlântica.

Um fator importante de melhoria no setor agropecuário do Município é a maior integração das ações dos governos Federal e Estadual com o Municipal. No âmbito municipal, um passo relevante para o desenvolvimento de políticas voltadas para o meio rural foi dado em 2014, com a elaboração da primeira fase do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), cujo propósito foi aprofundar o conhecimento que se tem da Zona Rural, de forma a subsidiar a elaboração de novas políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento local, com geração de renda e riqueza, cidadania, inovação, conservação ambiental e qualidade de vida, considerando as oportunidades e prioridades futuras alinhadas à identidade dessa porção do Município. Ainda constam como projetos municipais a implantação de órgão específico para o apoio ao produtor rural e melhorias nos projetos correntes oferecidos pela Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico. No entanto, observa-se que o produtor rural desenvolve sua atividade com baixíssimo nível de tecnologia aplicada, e um dos desafios é integrar o desenvolvimento corrente nas técnicas agropecuárias e de gestão (algumas das quais desenvolvidas através de *startups* nos próprios pólos tecnológicos da região) de forma mais incisiva nas propriedades rurais do Município.

É fundamental ainda que sejam racionalizadas práticas relativas à implantação de negócios no ambiente rural, garantindo o desenvolvimento econômico sustentável e diversificado da região. Estas atividades podem servir de suporte a novos usos ligados, sobretudo, à agroindústria, turismo e serviços.

Fatores de considerável importância para o morador da zona rural incluem o preço da terra, a qualidade de vida, a proximidade com a família e amigos e a paisagem. Para a manutenção deste morador ainda deverão ser observadas ações voltadas à redução das dificuldades que ele enfrenta em seu cotidiano, tais como: equipar o território rural com infraestrutura de equipamentos públicos de atendimento, infraestrutura de tecnologia e telefonia/rede de dados adequada, saneamento básico, segurança pública, transporte e logística.

Em relação às estradas rurais apresentadas na Figura 120, a Prefeitura é responsável pela manutenção e contenção de erosões, implantação de sistema de

drenagem e manutenção de pontes de madeira, não respondendo pelos trechos das estradas que atravessam propriedades particulares.

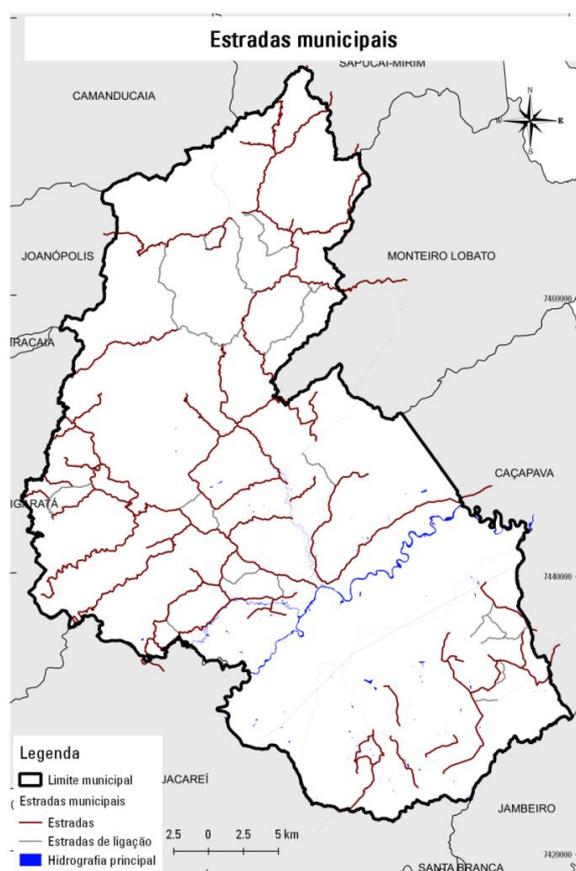


Figura 120 - Estradas Rurais de São José dos Campos

Fonte: Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade - PMSJC

Também se faz necessário adequar a organização e disponibilidade de linhas de transporte coletivo, considerando-se a viabilidade econômica dessas linhas em função das distâncias e do volume de passageiros.

A elaboração de um zoneamento econômico/ecológico da macrozona rural, respeitando-se as unidades de conservação existentes, assim como as restrições ambientais e urbanísticas locais é uma necessidade premente. Da mesma forma, a gestão do ambiente rural como parte integrante da Região Metropolitana do Vale do Paraíba será um novo desafio para o poder público nos próximos anos.

Novas perspectivas para a área rural poderão diminuir seu isolamento, aumentar o valor agregado dos produtos e estimular a presença dos produtos locais nos grandes mercados. Este, no entanto, constitui o cenário de uma dinâmica ainda desconhecida e que poderá trazer diversos impactos à questão ambiental.